

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	16
5.4 - Programa de Integridade	21
5.5 - Alterações significativas	25
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	26

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	27
10.2 - Resultado operacional e financeiro	76
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	79
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	82
10.5 - Políticas contábeis críticas	85
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	89
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	90
10.8 - Plano de Negócios	91
10.9 - Outros fatores com influência relevante	94

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia e suas controladas (“Grupo Energisa”) possuem uma Política de Gestão de Riscos e um Manual de Gestão de Riscos.

O Manual de Gestão de Riscos e a Política de Gestão de Riscos, datados de 31 de março de 2010, têm por objetivo descrever o modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Grupo Energisa, monitorando atividades, sistemas, processos e controles internos.

Ambos os documentos foram elaborados de acordo com a metodologia adotada para gestão dos riscos no Grupo Energisa.

A estrutura do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), adotada pelo Grupo Energisa, define que a implementação de uma estrutura de controles internos deve contemplar componentes inter-relacionados, considerando todas as unidades, os processos, os subprocessos e as atividades do Grupo Energisa.

Estes componentes direcionam a forma como o Grupo Energisa pode elaborar o desenho, a implementação e a manutenção de sua estrutura de controles internos, contemplando quatro objetivos principais:

- agregar valor aos acionistas por meio de objetivos estratégicos alinhados à missão/visão do Grupo Energisa;
- promover a eficácia e eficiência das operações;
- assegurar a confiabilidade do reporte de informações; e
- observar as leis e as regulamentações vigentes.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção

O Grupo Energisa atua com base em uma Política de Gestão de Riscos, que visa evitar, mitigar, remediar, acompanhar, certificar ou otimizar os controles internos, de tal forma a reduzir ou eliminar os impactos negativos e aprimorar os fatores positivos. A Energisa S.A. e as distribuidoras contam com um manual que contempla todas as políticas, os riscos, os procedimentos e as responsabilidades necessárias.

Manual de Gestão de Riscos Principais Objetivos

O Manual de Gestão de Riscos tem o objetivo de descrever o modelo de Gestão de Riscos adotado pelo Grupo Energisa para monitorar suas atividades, sistemas, processos e controles internos, a fim de assegurar que:

- a) Os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados, avaliados e minimizados em um nível aceitável, conforme definido pela alta administração da Companhia;
- b) A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- c) Os potenciais conflitos de interesse sejam identificados e os riscos associados sejam minimizados, por meio da implantação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades;
- d) Todos os funcionários compreendam claramente os objetivos do processo de gestão de riscos e os papéis, funções e responsabilidades atribuídas aos diversos níveis hierárquicos da organização; e
- e) As unidades usuárias compreendam claramente o papel, objetivos, funções e responsabilidades dos gestores (funcionários designados pelo Grupo Energisa como responsáveis, nas áreas, pelas atividades relacionadas à Gestão de Riscos).

(i) os riscos para os quais se busca proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia busca proteção para todos os riscos citados no item 4.1, através de um planejamento estratégico criterioso de suas atividades, uma governança estruturada, uma gestão voltada para resultados e a constante melhoria dos seus controles internos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados para proteção englobam o planejamento estratégico como um todo, desde a elaboração de procedimentos internos e controles associados que reduzam as incertezas e garantam a execução plena dos planos de negócios, até a realização de seguros para os riscos que eventualmente não possam ser satisfatoriamente mitigados, passando, necessariamente, pela capacitação do seu quadro de colaboradores, bem como a adoção de políticas e normativos que visem garantir a integridade dos negócios.

A título ilustrativo podemos citar alguns exemplos de instrumentos que são utilizados pela Companhia, conforme a seguir apresentado.

Dificuldade de se obter recursos necessários por meio de suas operações no mercado de capitais ou de financiamento

A execução da estratégia de investimentos das companhias do Grupo Energisa depende da disponibilidade de recursos financeiros e um custo de financiamento e prazo atrativo. Cenários macroeconômicos e políticos turbulentos podem afetar a disponibilidade de crédito e afetar a capacidade de investimento das distribuidoras do Grupo.

A fim de mitigar os impactos da potencial falta de liquidez, as empresas do Grupo Energisa adotam diretrizes que visam assegurar um nível mínimo de caixa, alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia, de acordo com a definição na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("PGRM"). Para garantir a liquidez dos compromissos do Grupo Energisa, a Vice-Presidência Financeira deverá manter recursos mínimos disponíveis e aplicações financeiras, visando garantir os compromissos de endividamento de curto prazo, depósitos de garantia, chamadas de margem por operações de derivativos, entre outros. O limite de caixa mínimo deverá ser o equivalente ao maior entre:

- 30 dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou
- 50% do EBITDA Ajustado do ano anterior; ou
- Disponibilidades suficientes para que a razão Caixa e Equivalentes / Dívida de Curto Prazo seja maior que 1,25 vezes.

Perdas técnicas e/ou perdas comerciais de energia

O combate às perdas de energia é essencial para assegurar um melhor desempenho financeiro e maior controle sobre as fraudes sofridas pelas distribuidoras de energia. O Grupo Energisa tem intensificado as ações de fiscalização das unidades consumidoras das distribuidoras, visando combater o furto no consumo de energia elétrica.

O Grupo Energisa incentiva a troca de experiências e a adoção de melhores práticas entre as distribuidoras de forma que a Administração possa elaborar um plano de medidas com ações específicas para assegurar maior eficiência no combate a perdas. Entre algumas ações adotadas, destacam-se:

- Internalização da força de trabalho das equipes de combate às perdas comerciais, para alcançar melhor desempenho e maior produtividade;
- Inspeção em unidades consumidoras;
- Regularização e blindagem de padrões de medição;
- Instalação de telemedições nos consumidores do Grupo A, com o principal objetivo de monitorar em tempo real a qualidade e a integridade das medições;
- Ampliação da atuação do Centro de Inteligência de Controle de Perdas;
- Parcerias com Secretarias de Segurança Pública;
- Substituição de medidores obsoletos; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Divulgação nas mídias locais, entre outras.

Alterações nas leis, regras, regulamentos e normas aplicáveis às controladas da Companhia, na qualidade de concessionárias de distribuição de energia elétrica.

A presença de um ambiente institucional regulatório robusto permite que o setor elétrico possa se manter atrativo para investidores, com condições para o desenvolvimento em condições sustentáveis. Faz parte da premissa do Grupo Energisa, considerando suas responsabilidades econômica, social e ambiental, que atue de forma integrada junto ao órgão regulador de forma que minimize os potenciais impactos de alterações na legislação e na área regulatória.

A área regulatória da Companhia atua no sentido de aprimorar a metodologia atualmente vigente. A interlocução se dá por meio de comunicados e da participação ativa em encontros setoriais e discussões de temas regulatórios e políticas públicas na área de energia.

O modelo de gestão regulatória da Companhia visa a maximização do EBITDA com o aumento da Base de Remuneração Regulatória e controle eficiente de opex e perdas. A gestão regulatória é balanceada com a aplicação eficiente de investimentos nas distribuidoras, com minimização das glosas e baixas do imobilizado. A Companhia busca um patamar eficiente de qualidade de energia (DEC/FEC/compensações) aliado a um nível saudável de custos e despesas operacionais que não impliquem em aumento de perdas e inadimplência.

Algumas medidas recentes em discussão junto a Aneel têm relação com o tema da sobrecontratação, para compensar o aumento do custo de energia comprada e recompor o reequilíbrio da econômico-financeiro das distribuidoras.

O grupo possui 100% das suas receitas auferidas em território nacional. Entretanto, para aproveitar a liquidez nos mercados externos, com custos de financiamentos e prazos mais atraentes, o Grupo Energisa frequentemente acessa financiamentos em moeda estrangeira amparados pela Lei 4.131/62.

O grupo monitora de perto as condições de mercado e trata com mais conservadorismo as emissões futuras, preferindo optar pela emissão de dívidas e swaps “plain vanilla”, sem a venda de opções. Eventualmente, com a estabilidade da economia brasileira, a Administração pode optar por acessar esses instrumentos no futuro a depender do risco associado às curvas futuras de câmbio.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

Abrangência

Todos os sistemas, processos, operações, funções e atividades do Grupo Energisa considerados críticos estão sujeitos à avaliação de risco, conforme planejamento anual dos trabalhos.

A atuação da área de gestão de riscos abrange todas as áreas/unidades organizacionais do Grupo Energisa, com ênfase para:

- a) Sistemas administrativo-operacionais e os controles internos utilizados em todas as áreas;
- b) A execução de planos, projetos e atividades;
- c) A aplicação e transferência de recursos a entidades públicas ou privadas;
- d) Os contratos e convênios firmados por gestores do Grupo Energisa com entidades públicas ou privadas, para ações de prestação de serviços e execução de obras;
- e) Os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio do Grupo Energisa;
- f) Os sistemas eletrônicos de processamento de dados, suas informações de entrada e de saída, objetivando constatar: (i) segurança física do ambiente e das instalações do centro de processamento de dados; (ii) segurança lógica e a confidencialidade nos sistemas desenvolvidos em computadores de diversos portes; (iii) eficácia dos serviços prestados pela área de informática; (iv) eficiência na utilização dos diversos computadores existentes na empresa;
- g) Verificação do cumprimento das normas internas e regulatórias; e
- h) As iniciativas estratégicas e os indicadores de desempenho levados a efeito diante do Mapa Estratégico Corporativo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Estão sujeitos à atuação da área de gestão de riscos quaisquer áreas, unidades organizacionais ou profissionais que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores do Grupo Energisa.

Avaliação dos Riscos

A metodologia de avaliação dos riscos é definida no manual de gestão de risco e inclui: etapas, responsáveis e atividades a serem realizadas em cada etapa de avaliação do risco de determinados processos.

É determinado, de acordo com a definição de responsabilidades, o posicionamento (resposta) com relação ao risco considerando seus efeitos (impacto e vulnerabilidade do evento), nível de tolerância e custo-benefício.

A administração da Companhia deve buscar uma sinergia com os gerentes responsáveis pelas áreas, pelas funções e pelas unidades de negócio, orientando-os a avaliar os riscos e mostrando as suas atribuições e responsabilidades no gerenciamento dos riscos.

Existem quatro categorias de resposta aos riscos, que estão apresentadas e explicadas na figura abaixo (impacto x vulnerabilidade). Como parte do gerenciamento do risco, o Grupo Energisa terá uma resposta específica para cada risco significativo, devendo reavaliá-lo com base em sua classificação residual.

Matriz de Risco

Impacto	Muito alto	5	CERTIFICAR	MITIGAR	MITIGAR	MITIGAR	MITIGAR
	Alto	4	OTIMIZAR	ACOMPANHAR	MITIGAR	MITIGAR	MITIGAR
	Médio	3	OTIMIZAR	OTIMIZAR	ACOMPANHAR	MITIGAR	MITIGAR
	Baixo	2	OTIMIZAR	OTIMIZAR	OTIMIZAR	ACOMPANHAR	MITIGAR
	Muito baixo	1	OTIMIZAR	OTIMIZAR	OTIMIZAR	OTIMIZAR	CERTIFICAR
			1	2	3	4	5
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
			Vulnerabilidade				

- Otimizar: Esse tipo de risco não deve causar perdas acima da tolerância definida e possui mecanismos suficientes para mitigação. Assim, a estratégia a ser definida deve considerar a reavaliação dos mecanismos para mitigação do risco e identificação controles suficientes e necessários;
- Acompanhar: deve ser verificado se as possíveis perdas não aumentam em decorrência de novos cenários que possam alterar a exposição, visto que o risco não deve causar perdas acima da tolerância definida, porém podem ou não possuir controles suficientes para sua mitigação;
- Certificar: esse tipo de risco pode causar perdas acima da tolerância e podem ou não possuir controles suficientes para mitigação. Dessa forma, esses controles devem ser testados periodicamente para que sua eficácia seja certificada, bem como novos controles podem ser introduzidos. Os riscos posicionados nesse quadrante podem direcionar testes por meio de interface no sistema de gestão de riscos; e
- Mitigar: esse tipo de risco pode causar perdas acima da tolerância definida e podem ou não possuir controles suficientes para mitigação. Dessa forma, devem ser desenhados e implementados planos de ação para a mitigação do risco.

Considerando a necessidade de mitigação do risco, é necessário definir planos de ação com base na avaliação e no resultado dos controles de maneira que responda ao risco, priorizando as deficiências encontradas, implementando-os dentro dos prazos exigidos, com alocação eficiente dos recursos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Política de Gestão de Riscos

Objetivos

Definir as diretrizes do modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Grupo Energisa, a fim de assegurar que as áreas potenciais de conflitos de interesse sejam identificadas e os riscos de negócio inerentes às atividades do Grupo sejam avaliados e minimizados em um nível aceitável, por meio da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento dessas atividades.

A Política deve ser considerada em conjunto com os demais padrões, normas e procedimentos aplicáveis adotados pelo Grupo Energisa. Os detalhamentos dos conceitos abordados nessa política estão documentados no Manual de Gestão de Riscos.

Abrangência

Esta política se aplica a todo o Grupo Energisa.

Diretrizes

A existência de um modelo de gerenciamento de riscos incorporado à estrutura de gestão do Grupo Energisa auxilia seus executivos a priorizar ações para assegurar que seus objetivos de negócio sejam atendidos.

Para que esses objetivos sejam atendidos, existem diretrizes que devem ser seguidas pela Companhia, a fim de garantir o processo contínuo de gestão do risco, conforme definido abaixo.

Estrutura

O Grupo Energisa deve procurar manter uma estrutura corporativa adequada para a gestão de riscos, considerando a adoção de metodologias e processos que estejam alinhados com as melhores práticas de mercado.

Processos

O processo de gestão de riscos do Grupo deve compor elementos que sejam capazes de identificar, avaliar, monitorar e reportar aos níveis organizacionais aplicáveis quanto aos riscos de negócio inerentes às suas atividades e que afetam seus objetivos estratégicos.

Governança

A gestão de riscos do Grupo Energisa deve considerar elementos de governança em suas atividades, que inclui a definição de normas e procedimentos, realização de pesquisas de mercado para avaliar a evolução da gestão de riscos, definição de responsabilidades e níveis de reporte e constituição de um Comitê de Gestão de Riscos.

Cultura

A cultura de prevenção aos riscos deve estar permanentemente inserida no contexto operacional do Grupo para que seus colaboradores tenham a capacidade de identificar, avaliar e monitorar os riscos.

Nível de tolerância

O nível de tolerância aos riscos corporativos deve ser avaliado tempestivamente, a fim de se definir qual o grau de exposição ao risco que o Grupo Energisa está disposto a aceitar para atingir suas metas e objetivos.

Nível de exposição

O Grupo Energisa deve manter uma estrutura de controles internos adequada para minimizar o grau de exposição dos riscos e esses controles

Valorização dos riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Grupo Energisa deve manter uma metodologia de valorização dos riscos para avaliar seu nível de exposição, considerando sua vulnerabilidade e impacto de cada risco.

Redução de custos

A gestão de riscos, além de prevenir o Grupo Energisa contra possíveis ameaças externas e internas, deve garantir que não haja uma excessiva utilização de recursos, pessoas e processos nas atividades operacionais.

Prevenção e correção

O Grupo Energisa deve adotar em toda sua abrangência medidas preventivas e corretivas capazes de garantir que os riscos sejam prevenidos antes de sua ocorrência ou minimizados após sua materialização.

Monitoramento e reporte

Os executivos do Grupo Energisa devem estar periodicamente cientes dos principais riscos que o Grupo Energisa está exposto e devem ser elaborados indicadores de riscos para que haja o adequado monitoramento.

Comunicação

O Grupo Energisa deve adotar uma eficaz e ampla sistemática para comunicação das ações da gestão de riscos de forma que seus profissionais estejam engajados e alinhados com os objetivos estratégicos.

Definição de responsabilidades

O Grupo Energisa deve definir os papéis e responsabilidades de cada um dos profissionais envolvidos na gestão de riscos, principalmente nas atividades associadas à identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos corporativos.

Tecnologia

Sempre que possível, a tecnologia da informação deve ser utilizada em todas as etapas da gestão de riscos, visto sua importância na automatização dos controles.

Treinamento e capacitação

O Grupo Energisa deve promover treinamento adequado aos seus colaboradores para que estes executem apropriadamente as atividades relacionadas à identificação, avaliação e monitoramento dos riscos.

Comitê de Gestão de Riscos

O Grupo Energisa deve manter um Comitê de Gestão de Riscos para garantir a eficácia das ações relacionadas à gestão de riscos.

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos são definidas no Manual de Gestão de Riscos aprovado pelo conselho de administração:

a) Comitê de Auditoria e Riscos

Acompanha o processo de Gestão de Riscos propondo alterações com vistas à melhoria do monitoramento dos riscos aos quais o Grupo Energisa está exposto e assegura a efetiva divulgação das normas e procedimentos, bem como da realização das ações de controle previstas para os riscos.

b) Gestor de riscos

Dissemina a cultura de gerenciamento de riscos e os controles internos associados e assegurar a eficiência e eficácia do contínuo processo de gestão de riscos. É responsável pela definição das diretrizes gerais de gestão de riscos, pelo monitoramento e reporte do nível de exposição do Grupo.

c) Analista de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Identifica os riscos e controles contidos nos processos e realiza avaliação qualitativa e quantitativa do processo de avaliação de riscos. Tem como responsabilidades principais o suporte aos usuários-chave na identificação de riscos e mapeamento dos controles internos.

d) Gestor de área

Garante o mapeamento e o monitoramento dos processos, valida com o usuário-chave os riscos identificados em seus processos sob sua responsabilidade e define a estrutura de controles internos para evitar ou minimizar a materialização dos riscos.

e) Usuário-chave

Identifica e analisa os riscos inerentes às atividades dos processos, define em conjunto com seu Gestor a estrutura de controles internos e reporta informações à área de Gestão de Riscos.

f) Gestor de tecnologia da informação

Constrói e monitora os bancos de dados necessários para a Gestão de Riscos e assegura que o sistema para suporte a Gestão de Riscos tenha a funcionalidade necessária para a eficiência e eficácia do processo. Auxilia também as áreas de negócio no desenho de controles internos automatizados.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Conforme mencionado nos itens (a) e (b) acima, o Grupo Energisa possui uma área de gestão de riscos cujos principais objetivos se encontram listados abaixo:

- a) Contribuir para a melhoria do processo da governança corporativa e controles internos, auxiliando os profissionais da empresa, naquilo que couber, a desempenharem melhor as suas funções, contribuindo para aprimorar o funcionamento do negócio e gerar maior confiança do mercado e investidores;
- b) Assegurar que os principais riscos a que as empresas estão expostas sejam previamente identificados e listados, auxiliando assim o processo de tomada de decisões;
- c) Contribuir para melhoria dos processos internos, visando à eficiência desses processos, a redução de riscos e a uniformidade entre empresas do Grupo Energisa;
- d) Preservar e agregar valor econômico à organização, contribuindo fundamentalmente para a realização de seus objetivos e metas de desempenho. Além disso, deve facilitar a adequação da organização aos requerimentos legais e regulatórios, fatores críticos para sua perenidade;
- e) Assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão empresarial, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a equidade desses atos, assim como sua aderência regulatória e estratégica;
- f) Acompanhar a implantação das recomendações e determinações levantadas nos relatórios internos;
- g) Estabelecer e monitorar planos e programas de análise de riscos, objetivando uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor para a empresa;
- h) Elaborar o planejamento anual das atividades da área de gestão de riscos;
- i) Promover diligências e elaborar relatórios por demanda do conselho de administração, Comitê de Gestão de Riscos e presidentes/diretores das empresas; e
- j) Assessorar a presidência, as diretorias e o conselho de administração, nos assuntos de sua competência.

A área de gestão de riscos deve reportar-se ao Comitê de Auditoria e Riscos (ligado ao conselho de administração da empresa), com vinculação funcional à vice-presidência financeira. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência.

A área de gestão de riscos, em suas atividades técnicas, deve atuar em sintonia com as normas e padrões nacionais e internacionais.

Resguardada a independência da área de gestão de riscos, será prestado apoio aos gestores no fornecimento de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, com a disponibilização, para fins de consulta, dos papéis de trabalho utilizados e/ou produzidos, incluindo os programas e os elementos comprobatórios respectivos, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O trabalho de gestão de riscos deve ser executado por profissionais com expertise na área, que tem como princípio avaliar de forma equilibrada as circunstâncias relevantes e apresentar julgamentos sem influência de interesses particulares ou opiniões alheias.

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação do Grupo Energisa com montantes e indicadores preestabelecidos na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro e nos regimentos internos das diretorias do Grupo Energisa.

A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais e alinhada com os objetivos estratégicos do Grupo Energisa, tratando os limites em termos consolidados, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados ao Grupo Energisa.

O documento possui validade de dois anos a contar da data da aprovação pelo Conselho de Administração, podendo ser revisto em caso de aperfeiçoamentos que assegurem seu objetivo. A última versão da Política foi revisada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 12 de setembro de 2019. A Política é disponibilizada no website da Companhia, permitindo o amplo acesso ao público.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política é mapear, monitorar e gerenciar os possíveis riscos que o Grupo Energisa está sujeito, em conformidade com as melhores práticas internacionais, alinhando objetivos estratégicos, e tratando limites em termos consolidados, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados ao Grupo Energisa.

- i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção:**

Os riscos de mercado para os quais se busca proteção são:

- Risco de taxa de juros e de câmbio;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

- ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):**

O Grupo Energisa tem como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap*.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo.

- iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):**

O Grupo Energisa utiliza para fins de proteção patrimonial instrumentos de proteção às taxas de juros e variação cambial como *swaps*, opções europeias e *non deliverable forwards* (NDFs).

- iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:**

Conforme indicado na seção 5.1, o Grupo Energisa adota diversos parâmetros de acordo com o risco que pretende mitigar.

- iv.a) Endividamentos:**

O Grupo Energisa busca o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média ("*duration*"), custo, garantias e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

Apesar do benefício da dívida em uma estrutura de capital, a limitação do montante de endividamento faz-se

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

necessária para evitar uma alavancagem excessiva do projeto/empresa, além de reduzir o risco de ultrapassagem dos limitadores financeiros (“*covenants*”), existentes na maioria dos contratos financeiros. Adicionalmente, a limitação do endividamento visa a reduzir o risco de refinanciamento, através da compatibilização com a geração de caixa do projeto/empresa, evitando percepção negativa por parte do mercado de capitais sobre o risco associado, preservando, assim, a qualidade do crédito.

Outro acompanhamento efetuado diz respeito à distribuição do endividamento por credor. O Grupo Energisa, na medida do possível, e tendo em vista o elevado grau de concentração do mercado brasileiro, poderá estabelecer limites de endividamento por credor, buscando não concentrar posições (facilitando acesso ao crédito por maior capilaridade), buscando alternativas que ofereçam menor custo, maior *duration* e menores restrições financeiras e operacionais (“*covenants*”).

A contratação de qualquer endividamento deverá observar: (i) a aderência ao orçamento aprovado, (ii) o Regimento Interno da Diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações; (iii) as aprovações específicas do Conselho de Administração, quando necessário, já refletindo as condições principais dos contratos a serem firmados e (iv) as aprovações de órgãos reguladores, quando necessário na vinculação de garantias da concessão.

A gestão dos endividamentos deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

- Limite de Alavancagem:

O limite de alavancagem será definido pelo indicador Dívida Total Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (“Limite de Endividamento Líquido”), conforme conceito descrito na mais recente emissão de dívida a mercado. Nos casos de aquisições de ativos/empresas, ou mesmo a descontinuidade de ativos/empresas, deverá ser perseguida a construção de dívidas e EBITDAs proforma, para visualizar uma relação mais justa para essa apuração.

Limite de Endividamento Líquido Consolidado: o limite deverá refletir uma alavancagem máxima de 3,5x, sendo desejável permanecer próximo de 3,0x. Será permitido ultrapassar este limite em momentos específicos de aquisição de ativos ou realização de investimentos mais expressivos em projetos, que deverão ser precedidos de aprovação do Conselho de Administração, procurando, adotando neste caso, um período de cura de até 36 meses.

Adicionalmente, a Energisa deverá procurar ater-se aos limites mínimos de (i) *rating* corporativo equivalente a BB- (Fitch e/ou S&P) e Ba3 (Moody's) em escala global e AA- (Fitch e/ou S&P) e Aa3 (Moody's) em escala nacional, ou (ii) o equivalente a um *notch* abaixo do *rating* soberano Brasil, o que for menor.

Os limites acima apresentados deverão sempre observar o cumprimento dos *covenants* firmados nos contratos de financiamento e emissões de dívidas nos mercados local e externo.

A Vice Presidência Financeira deverá observar o Limite de Endividamento Líquido das sociedades distribuidoras de energia elétrica, controladas pela Companhia, de forma a não as distanciar da alavancagem regulatória e dos compromissos firmados com o regulador.

- Prazo Médio Mínimo Perseguido (*Duration*):

O Grupo Energisa deverá buscar preservar um prazo médio da dívida líquida consolidada superior a 4 (quatro) anos, o que dependerá, naturalmente, das condições de mercado para as novas emissões. Operações caracterizadas como empréstimo-ponte poderão ser contratadas visando uma colocação futura em melhores termos, obedecendo os limites de alavancagem.

- Limite de Concentração em Credores:

Observada a atratividade das taxas praticadas por esses agentes, o Grupo Energisa deverá buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional visando a prática de custo médio do capital de terceiros e “*duration*” mais adequados às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica.

Bancos de fomento operam, em condições normais de mercado, com limites máximos de exposição equivalentes a 30% do Ativo Total das empresas e/ou grupos econômicos financiados, para níveis de *rating* equivalentes ao da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Companhia, o que será perseguido pelo Grupo Energisa, observando o Limite de Endividamento Líquido e as condições oferecidas pelos respectivos bancos de fomento.

O Grupo Energisa deverá privilegiar operações de mercado de capitais, em detrimento a financiamentos diretos contratados com bancos comerciais. O Grupo Energisa deverá perseguir a maior pulverização de suas dívidas (evitando concentração de exposição). Deverão ser privilegiadas operações sem garantias ("clean"), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia. A cessão de recebíveis em garantia poderá ser utilizada como instrumento de barateamento do custo do financiamento ou mesmo sua viabilidade em momentos de crédito escasso e caro. A menos que tenhamos condições realmente diferenciadas ou mesmo uma exigência do credor para estas operações com instituições financeiras de fomento, deve-se buscar a menor exposição possível, mantendo, a todo tempo, pelo menos 30% dos recebíveis desonerados.

Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando à independência operacional e financeira das empresas.

A Energisa S/A poderá prestar garantias às operações financeiras de suas subsidiárias;

É importante a presença do Grupo Energisa em todos os mercados de capitais, inclusive internacional, porém limitando a exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa. Eventuais desenquadramentos a este limite deverão ser ajustados em até 120 dias, seja pela redução do estoque de dívida em moedas estrangeiras ou pela contratação de instrumentos financeiros derivativos que neutralizem os efeitos de movimentos cambiais adversos. Operações em moeda estrangeira com *swap plain vanilla* não são consideradas operações com exposição cambial, sendo que deverão buscar "*hedge account*" ou "*fair value hedge*" para limitar volatilidade no balanço.

iv.b) Aplicações Financeiras:

O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa busca mitigar o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos.

Os limites abaixo tratados deverão ser obedecidos tanto pelos investimentos diretos quanto pelos fundos de investimentos exclusivos nos quais o Grupo Energisa aplicar, sendo considerados de forma consolidada.

A Energisa monitora constantemente a composição dos fundos de investimentos exclusivos e não exclusivos que compõem o portfólio de alocação dos recursos. Ao se tornar cotista de um fundo de investimento não exclusivo, a Energisa delega a gestão da carteira de investimento respeitando a discricionariedade do gestor (observadas as restrições e política de investimentos do fundo). Eventualmente, algumas aplicações realizadas pelos gestores de fundos não exclusivos poderão apresentar divergências sobre os limites e regras definidas na Política, devendo a Companhia avaliar, dentro do monitoramento, as ações e procedimentos para resgate ou manutenção da aplicação.

Ativos e Grupos Elegíveis

- Serão permitidas aplicações em Títulos Públicos Federais, CDBs, RDBs, Letras Financeiras, debêntures e em fundos de investimentos (observando a limitação abaixo apresentada). Não será permitida a aplicação em ações resgatáveis, dívida subordinada (exceto nas cotas subordinadas dos FIDCs do próprio Grupo Energisa e nos CDBs/Letras Financeiras subordinados de bancos de primeira linha que possuam rating equivalente a AAA (S&P/Fitch) ou Aaa (Moody's), ou que possuam mesmo rating soberano (Escala Nacional Brasil), observando duration máximo de dois anos e "quasi-equity" (ações preferenciais com dividendos fixos a exemplo do praticado nos EUA).

- A aquisição de debêntures deverá contar com a aprovação caso-a-caso do Comitê de Gestão de Riscos ("Comitê").

- A aplicação em Títulos Privados de companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Energisa, somente será permitida observado a regulamentação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e a avaliação prévia da Vice Presidência Regulatória do Grupo Energisa. São permitidas aplicações em Títulos Privados emitidos por fornecedores (risco sacado) e/ou consumidores, inclusive na hipótese de refinanciamento, parcelamento, ou qualquer outra modalidade de renegociação de dívida de fornecedores e/ou consumidores com o Grupo Energisa, através da estruturação de títulos de dívidas ou lastro em posições comerciais existentes;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Limite mínimo de Rating para bancos: classificação equivalente a A+ (local) ou igual ao rating soberano local, o que for menor, sempre observando a menor classificação existente, quando houver mais de uma cobertura. No caso de bancos estrangeiros que suportem formalmente suas filiais ou controladas brasileiras, poderá ser considerado desde que observando o limite de rating global A- para a matriz;
- Limite mínimo de Rating para Empresas: AA- ou igual ao rating soberano local, o que for menor, sempre observando a menor classificação existente quando houver mais de uma cobertura;
- Como os fundos normalmente não possuem ratings deverão ser observados: (i) aplicação em gestores com patrimônio sob gestão superior a R\$ 5 bilhões, (ii) que os fundos sejam administrados por instituições financeiras com reconhecida experiência no mercado brasileiro e (iii) que tenhamos acesso à composição da carteira do fundo, visando a avaliação do enquadramento na Política; e
- Deverão ser considerados apenas os ratings expedidos por S&P, Moody's e Fitch.

Limite de Aplicações:

- Concentração máxima por Banco ou Empresa: R\$500 milhões ou até 30% (trinta por cento), o que for menor, do total aplicado pelo Grupo Energisa para o caso de Bancos com o mesmo rating soberano (Escala Nacional Brasil); R\$ 150 milhões ou até 10% (dez por cento), o que for menor, do total aplicado para o caso de Bancos com rating um notch abaixo do rating soberano, observado o menor rating e ainda 15% (quinze por cento) para títulos de dívidas de empresas, observados os limites abaixo.
- Limite de Concentração: limite de 5% do patrimônio líquido da instituição financeira ou empresa, considerando a demonstração financeira trimestral mais recente. Para fundos, o limite de concentração deverá ser de 15% do patrimônio do fundo, observado a todo o tempo, exceto em caso de fundos exclusivos constituídos pela própria Companhia. Alternativamente, caso a operação de CDB ou RDB seja na modalidade de DPGE, poderá ser aplicado até o limite garantido, hoje fixado em R\$20 milhões para o somatório das aplicações nesta modalidade de investimento para cada CNPJ, obedecendo a exposição máxima de 5% em relação ao Patrimônio Líquido do banco. Deverão ser observados todos os procedimentos de formalização que assegurem a efetividade da garantia pelo Tesouro Nacional para a modalidade de DPGE.
- Aplicações financeiras com duration de indisponibilidade de liquidez superior a 2 anos deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração, exceto se em títulos públicos federais;
- Quaisquer outras eventuais concessões a serem estabelecidas precisam ser aprovadas pelo Conselho de Administração.
- As aplicações em fundos deverão observar os seguintes limites adicionais:
 - Fundos Referenciados DI e Fundos de Renda Fixa - observados apenas os limites de concentração, acima apresentados;
 - Fundo Multimercado - R\$ 500 milhões ou até 15% do valor consolidado aplicado pelo Grupo Energisa, o que for menor, exceto para fundos exclusivos;
 - Fundos de Ações e Fundo Cambial - não deverão ser utilizados, exceto como hedge de alguma posição passiva correspondente; e
 - Fundos de Fundos e Fundos Mistos - observadas as limitações acima, no tratamento dos fundos originários.

iv.c) Derivativos:

Devido a riscos de preços de mercado, liquidez e contraparte, estas operações devem ser acompanhadas diariamente por consultores independentes de risco de caixa e dívida. O Grupo Energisa deverá contratar serviço especializado independente sempre que existirem dívidas em moeda estrangeira ou posições em instrumentos financeiros derivativos e deverá obedecer aos seguintes limites e preceitos:

“Notional” das Operações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Enquanto existirem financiamentos em moeda estrangeira, o Grupo Energisa deverá buscar preferencialmente formas de proteção ou swap cambial para seu endividamento em operações “plain vanilla”. Caso não esteja disponível em custo razoável, o limite mínimo de proteção para operações de “hedge” e/ou swap de taxa de câmbio deverá ser de 85% do “notional” de endividamento em moeda estrangeira, limitada a 100% deste endividamento (não é permitida alavancagem);
- A quantidade máxima contratada em operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) deverá obedecer 100% do limite do “notional” das aplicações financeiras e/ou 100% do “notional” do endividamento em moeda local (reais).
- Qualquer operação de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras), cujo valor de mercado represente uma perda imediata ou potencial superior a R\$ 10 milhões, deverá ser submetida ao Comitê, para avaliação de liquidação antecipada.
- Adicionalmente, o Grupo Energisa poderá transacionar operações envolvendo NDFs - Non Deliverable Forwards (“NDFs”) cambiais, visando proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, neste caso limitado a US\$ 50 milhões no somatório destas exposições arbitradas.
- A exposição por instituição financeira, medida pelo MtM (Marked-to-Market) passivo da mesma, não poderá ultrapassar o limite de 5% do patrimônio líquido da instituição financeira, observadas as demonstrações financeiras publicadas mais recentes e a mesma limitação de rating aplicável para aplicações financeiras. Este limite de exposição deverá ser observado para qualquer operação de derivativo do Grupo Energisa, independente de sua estrutura; e
- Operações de NDFs cambiais, cujo valor de mercado represente uma perda superior a 15% do seu valor de aquisição, deverão ser liquidadas antecipadamente em até 5 dias úteis, ou submetidas a avaliação do Comitê para um novo direcionamento, observado este prazo.
- Instrumentos elegíveis para derivativos financeiros:
 - Swaps Vanilla (Câmbio, Juros -Pré e Pós e Inflação);
 - Opções Europeias (Câmbio);
 - NDFs (Câmbio).

OBS: não se considera como instrumento financeiro para efeitos de limites da Política a emissão de debentures conversíveis ou bônus de subscrição de ações.

iv.d) Garantias financeiras em benefício do Grupo Energisa

Garantias financeiras exigidas pelo Grupo Energisa buscam mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos.

Garantias Elegíveis

Serão aceitas três modalidades de garantia, com fator de cobertura de, pelo menos, 100% sobre o ativo/crédito/contrato garantido, considerando na garantia os mesmos critérios de correção do ativo/crédito/contrato garantido:

- Fiança Bancária: observado o limite mínimo de Rating para Bancos com classificação equivalente a AA (Local) ou igual ao rating soberano local, o que for menor, sempre observando a menor classificação existente, quando houver mais de uma cobertura (S&P, Fitch e Moody's).
- Depósito em caução: CDBs de Bancos de Primeira Linha (definidos pelo limite de Rating exigido para Fianças Bancárias), Títulos Públicos Federais ou Cotas de Fundos de Investimentos em Renda Fixa ou CDI, administrados por Bancos de Primeira Linha. Os depósitos constituídos deverão possuir liquidez diária, de forma a poderem ser executados a qualquer tempo.
- Seguro Garantia: Os seguros apresentados deverão ser contratados junto a companhias seguradoras que estejam classificadas entre as 10 primeiras seguradoras no “ranking” da Federação Nacional das Empresas de Seguros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Privados - FENASEG, e que estejam classificadas como “muito boa” no Rating da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados de Capitalização e de Previdência Privada - FENACOR, sempre observando a publicação mais recente. A utilização do Seguro garantia deverá ser formalmente aprovada pelo Presidente da Unidade de Negócios, por um Vice Presidente ou pelo Diretor de Controladoria e Finanças.

Deverão ser priorizadas as garantias na seguinte ordem: (i) fiança bancária, (ii) depósito em caução, (iii) seguro garantia, (iv) fiança corporativa (a depender da análise de crédito) e (v) outras garantias a serem previamente aprovadas pela Diretoria de Controladoria e Finanças.

As garantias somente poderão ser aceitas depois de revistas e/ou aceitas pela Diretoria Corporativa Jurídica do Grupo Energisa.

iv.e) Liquidez (Disponibilidades):

Para garantir a liquidez dos compromissos do Grupo Energisa, a Vice Presidência Financeira deverá manter recursos mínimos em disponibilidades e aplicações financeiras, visando garantir os compromissos de endividamento de curto prazo, depósitos de garantia, etc.

• Limite de caixa mínimo equivalente ao maior entre:

- 30 dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou
- 50% do EBITDA Ajustado do ano anterior; ou
- Disponibilidades suficientes para que a razão Caixa e Equivalentes / Dívida de Curto Prazo seja maior que 1,25 vezes.

iv.f) Política de Dividendos:

O pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros valores das controladas à Energisa S/A, deverá mirar o limite superior (95% do Lucro Líquido, além dos Lucros Acumulados), porém, não poderá deteriorar a alavancagem limite de referência (alavancagem regulatória), o “duration” e o custo financeiro da subsidiária e/ou da dívida consolidada, conforme as regras previstas na Política.

A Energisa S/A deverá perseguir intervalo de distribuição de resultados entre 35% e 50% do Lucro Líquido Consolidado do exercício, o que poderá ser flexibilizado à medida em que o indicador de intervalo de “Limite de Endividamento Líquido Consolidado” se aproxime do nível inferior. Tal medida visa preservar uma adequada estrutura de capital e otimização tributária da Companhia e, consequentemente, buscar custo médio ponderado de capital (WACC) adequado.

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A estruturação de operações de derivativos pela Companhia pode ser realizada com o objetivo de adotar posições direcionais para as aplicações: ativo/passivo em taxa pré-fixada, CDI, moedas, entre outros.

Adicionalmente, podem ser realizadas operações de derivativos visando à alteração do indexador de determinados contratos de endividamento.

A Companhia atualmente opera instrumentos financeiros no sentido de *hedge* cambial, para fins de proteção contra as variações nas dívidas em moeda estrangeira amparados pela Lei 4.131/62. Adicionalmente, opera instrumentos financeiros para fins de alterar a exposição do endividamento (por exemplo, dívida em juros pré-fixado para pós-fixado, atrelado ao CDI).

Tais operações de *hedge* representam determinados riscos para a Companhia e, indiretamente, para seus acionistas, quais sejam: a volatilidade do câmbio nos casos em que a Companhia decida por operar swaps com limitadores e nos casos de aumento da taxa de juros, nas operações de arbitragem com alteração de indexador.

A estruturação de operações com derivativos pode, também, ser realizada buscando-se adotar posições direcionais para os empréstimos, de acordo com a expectativa da Companhia sobre comportamento futuro da inflação (IPCA, IPGM) ou juros (CDI), adotando uma posição ativa/passiva em taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Por

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

exemplo, quando a Companhia realiza uma operação de swap de IPCA para CDI, busca tirar exposição ao IPCA em um dado financiamento, visto que a remuneração do caixa do grupo Energisa é atrelada ao CDI ou por que existe a expectativa de queda do CDI.

vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado:

O processo de gestão de risco de mercado financeiro é de responsabilidade da Vice-Presidência Financeira, com apoio consultivo do Comitê, responsável por avaliar operações, processos e procedimentos e por propor as melhores alternativas. Esse comitê poderá propor à Vice-Presidência Financeira operações a serem avaliadas e, eventualmente, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias no caso de necessidades específicas. O Comitê será composto, ao menos, pelos seguintes membros:

1. Vice-presidente financeiro da Companhia;
2. Diretor de Controladoria e Finanças da Companhia; e
3. Consultor externo especializado na gestão de riscos, em especial os riscos de caixa e de dívida (“Consultor Externo”).

O Comitê deverá, periodicamente, obter suporte independente de especialistas em macroeconomia e mercado financeiro. O Consultor Externo deverá se encarregar de validar o relatório trimestral de acompanhamento da Política (“Relatório Trimestral de Acompanhamento”), o qual deverá atestar o cumprimento da Política, os “*waivers*” eventualmente necessários ou vigentes e a recomendação para adequação, caso necessário. Após validado, o Relatório Trimestral de Acompanhamento deverá ser encaminhado aos membros do Comitê.

c) Adequação da estrutura operacional e controle interno para verificação da efetividade da política adotada:

A Vice-Presidência Financeira, apoiada pelo Comitê, pelos relatórios diários recebidos, preparados por consultores independentes, e pelo Relatório Trimestral de Acompanhamento, será responsável pelo gerenciamento da exposição de risco do Grupo Energisa, deliberando sobre a realização de operações financeiras. Tais operações deverão sempre respeitar os parâmetros definidos na Política e observar as alçadas estabelecidas nos Estatutos e Regimentos Internos das Diretorias. Pelo menos uma vez por ano, o referido relatório será apreciado pelo Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração. A auditoria interna manterá supervisão constante quanto ao enquadramento do grupo na Política.

As contratações das operações financeiras serão realizadas de acordo com os procedimentos internos do Grupo Energisa, que estabelecerão o número mínimo de instituições financeiras a serem cotadas (quando for o caso), as alçadas para contratação e as devidas formalizações.

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O Manual de Gestão de Riscos abrange todas as empresas e processos do Grupo, inclusive a elaboração das demonstrações financeiras. Nossa administração avalia a eficácia de nossos controles internos baseada nos critérios estabelecidos em “Controles Internos - Estrutura Integrada” emitido em 2013 pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Parte dos sistemas de gerenciamento e controle são desenvolvidos internamente pela equipe técnica da Companhia, sendo elaborado de forma customizada, adaptada ao setor de distribuição de energia e as necessidades de nossas empresas e áreas de concessão. Considerando a totalidade das aplicações utilizadas pelo Grupo Energisa, todos os processos críticos da empresa estão automatizados.

Os sistemas da Energisa são divididos em três frentes: administrativos e financeiros (ADMFIN), técnicos e comerciais (TECCOM) e web e mobilidade (WEBMOB).

Os sistemas financeiros estão descritos abaixo:

- SIADP - Aprovação de Documentos e Pagamentos
- SIAFI - Administração Financeira
- SICPG - Contas a Pagar

Os sistemas financeiros realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo, seguem as integrações dos sistemas financeiros:

- SIACO - Sistemas de acompanhamento orçamentário,
- SICPG - Sistemas de aprovação de pagamentos;
- SIAGO - Sistemas de acompanhamento de obras para o pagamento das notas fiscais das mesmas;
- SIGVC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos com fornecedores;
- SIJUR - Sistemas de gerenciamento de processos jurídicos;
- SISUP - Sistemas de suprimentos consomem informações de credores e dados bancários;
- SICON - Sistemas contábeis para contabilização do pagamento e provisões;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas fiscais para a entrega de dados fiscais a receita;
- SIENF - Sistemas de Emissão e entrada de Notas Fiscais;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas de Geração de Dados Fiscais (obrigações federais, estaduais e municipais);
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamento das aplicações;
- ITC - Pagamento provisionado e realizado para conciliação bancária;
- SIFAR - Sistemas de faturamento para a conciliação bancária;
- ITAU HOST-TO-HOST - Integração com sistemas de envio de arquivos criptografados aos bancos;
- ITC - Sistema Integrado de Tesouraria que incorpora procedimentos funcionais de bancos;
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos de financiamento;
- SIGRH/Rhevolution Sistemas de recursos humanos para pagamento de planos de saúde, bolsas, etc;
- SIADP - Sistemas de folha de pagamento para aprovação e pagamento da folha; e
- SICPG - Envio de arquivo para pagamento dos seguintes bancos: Itaú, CEF, Bradesco e Banese.

Para os sistemas da frente TECCOM, os sistemas comerciais também foram desenvolvidos internamente, utilizando as mesmas tecnologias descritas acima. Abaixo a lista dos sistemas comerciais:

- SIFAR - Faturamento e arrecadação
- SIAIF - Inspeções e apurações de fraudes
- SIATT - Atendimento telefônico
- SIATE - Atendimento a clientes
- SIAPO - Acompanhamento dos processos da ouvidoria
- SICAA - Controle de agentes arrecadadores
- SICCD - Controle de cheques devolvidos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- SICCI - Controle e cálculo de indenizações
- SICCO - Consultas comerciais
- SICDD - Documentos digitais
- SICDE - Controle de dados elétricos
- SICMA - Controle de materiais das agências
- SICNT - Controle de nível de tensão
- SICOB - Carteira de cobrança
- SILCO - Leitura de consumo
- SIMEC - Medidores de consumo
- SINED - Negociação de dívida
- SISEG - Controle de seguros
- SIWEB - Serviços Web

Já para os sistemas técnicos, que também fazem parte da frente TECCOM, temos as soluções abaixo que foram adquiridas de parceiros e estão totalmente integradas aos sistemas Energisa:

- GIS - Cadastro de ativos
- SGD - Módulo de operação e cálculo de indicadores
- SGM - Manutenção de ativos da distribuição
- TS - Módulo de operação e cálculo de indicadores

Os sistemas técnicos e comerciais realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo as integrações dos sistemas técnicos e comerciais com outros sistemas/entidades:

- SIJUR - Sistemas de controle de processos jurídicos
- SIGCO - Sistemas de gestão do capital ótimo
- SICON - Sistemas de contabilidade
- SGE - Sistema de acompanhamento da gestão estratégica
- SGM - Sistemas de manutenção
- SICEC - Sistema de controle de estoque
- SIDAF - Sistemas de dados fiscais
- WMLCO - Sistemas de mobilidade
- SICAI - Sistema de controle do ativo imobilizado
- SIADP - Sistema de aprovação de documentos e pagamentos
- GIS - Cadastro de ativos
- SGD - Módulo de operação e cálculo de indicadores
- TS - Módulo de operação e cálculo de indicadores

Para todos os sistemas dos três grupos citados acima, utiliza-se um framework de segurança que é responsável pelo controle de acesso dos usuários. A parametrização do framework, bem como a administração das permissões é feita através do Sistema de Gerenciamento da Segurança de Acesso. Este sistema se baseia nas premissas:

- a) Nenhuma aplicação consegue acessar as bases de dados senão através do framework de segurança: somente ele tem domínio sobre usuário e senha dos bancos;
- b) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas, prioritariamente, a grupos de usuários, conforme o perfil/função dos usuários; e
- c) Cada sistema tem um usuário-chave, responsável pela inclusão/modificação dos usuários nestes grupos de acesso.

A Energisa estabeleceu os responsáveis por cada sistema para centralizar as atividades relacionadas à administração de usuários e recursos nos ambientes corporativos sob sua responsabilidade (chamado de “usuários-chave”). Além desta responsabilidade, o usuário-chave é responsável por conceder perfis de acesso, aprovar as alterações e manutenções no sistema pelo qual é responsável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, a Energisa define, também, o usuário de apoio, que poderá substituir o usuário-chave na administração dos acessos, conforme necessidade.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de Tecnologia da Informação do Grupo Energisa, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As unidades de negócio do Grupo Energisa são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração do Grupo Energisa é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Os *órgãos* e áreas responsáveis que estão diretamente envolvidos na estrutura de gerenciamento de controles internos estão elencados abaixo:

Comitê de Auditoria e Riscos, cujas responsabilidades incluem:

- Revisar permanentemente o processo de Gestão de Riscos propondo as alterações necessárias para a melhoria do monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Cada membro do Comitê, dentro de sua área de atuação, deverá assegurar a divulgação das normas e procedimentos, bem como da realização das ações previstas para os riscos dos quais é representante;
- Gerar propostas, recomendações e informações necessárias ao funcionamento do processo de Gestão de Riscos; e
- Atuar com a independência necessária à execução das políticas de gestão de riscos.

Dentro de cada Área de Negócio, existe um Gestor e Usuário-chave, que possuem as seguintes responsabilidades:

- Identificar e assumir riscos associados às decisões tomadas;
- Fornecer os recursos necessários para assegurar a descrição da origem de risco, diretriz de controle, definição de aspectos relevantes, descrição e implementação dos planos de ação e monitoramento das operações;
- Observar os limites de tolerância/ apetite validado pela Alta Administração;
- Efetuar o mapeamento dos processos de negócio para identificar a estrutura de controles internos da área para mitigação dos riscos; e
- Enviar as informações à área de Gestão de Riscos para atendimento aos indicadores de riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos possui as seguintes responsabilidades:

- Aplicar a Gestão de Riscos de forma eficiente e aderente aos requerimentos do Grupo Energisa e de órgãos reguladores;
- Coordenar o processo de avaliação de riscos da área, observando a metodologia e o cronograma definidos;
- Estabelecer as políticas de riscos, estrutura de governança, padrões e mecanismos de reporte de informações para facilitar o efetivo gerenciamento integrado de riscos;
- Definir os papéis e responsabilidades no processo de Gestão de Riscos;
- Prover as informações concisas e análises para o Comitê de Riscos para avaliar, analisar e agir nos riscos;
- Desenvolver as estratégias de gerenciamento integrado de riscos;
- Disseminar os conceitos e a cultura de gerenciamento de riscos para todo o Grupo Energisa;
- Definir, em conjunto com o Usuário Chave, Gestor de Processos e Alta Administração, os limites de tolerância e apetite ao risco;
- Reporta ao Comitê de Riscos o andamento do processo de Gestão de Riscos;
- Informa a Alta Administração sobre o nível de riscos ao qual o Grupo e a unidade estão expostos, considerando o apetite definido; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Capacita e orienta os demais colaboradores para que estes executem adequadamente suas atividades no processo de Gestão de Riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos, em conjunto com o Especialista de Riscos, possui as seguintes atribuições:

- Revisar a avaliação de riscos, efetuada pelas áreas de negócio;
- Auxiliar na definição de limites de exposição a riscos;
- Certificar-se do adequado funcionamento da Gestão de Riscos;
- Elaborar o questionário de auto avaliação de capacidade de gerenciamento de riscos do Grupo;
- Auxiliar na definição de ações para mitigação de riscos;
- Atualizar o Portfólio de Riscos, o Modelo de Classificação de Processos e o Modelo de Valor ao Acionista, observando os padrões e objetos definidos na metodologia;
- Realizar o sumário de avaliação de riscos (considerando impacto e vulnerabilidade);
- Elaborar os treinamentos específicos relacionados à Gestão de Riscos;
- Definir os indicadores de risco em conjunto com os gestores;
- Monitorar a adequada conformidade das atividades e processos com as políticas corporativas;
- Monitorar a adoção e manutenção de boas práticas de governança corporativa; e
- Verificar a efetividade dos controles internos através de testes específicos.

A Área de Gestão de Riscos e as Áreas de Negócio (Usuários-chave e Especialista de Riscos) trabalham em conjunto no sentido de assegurar as seguintes atribuições:

- Identificar os riscos que podem ser monitorados considerando o grau de exposição e disponibilidade de informações;
- Quantificar os riscos identificados;
- Definir as estruturas de controles internos necessária para mitigação dos riscos; e
- Atualiza continuamente a documentação da análise de riscos corporativos do Grupo, considerando o vínculo com os processos de negócio, visando reduzir os custos associados a riscos não controlados.

A Área de Tecnologia da Informação possui as seguintes atribuições:

- Auxiliar a área de negócios e a área de gestão de riscos na definição de controles automatizados para otimização dos processos e mitigação de riscos;
- Garantir o desenvolvimento de sistemas que suportem a gestão de riscos;
- Estruturar o banco de dados para a Gestão de Riscos; e
- Implementar as interfaces com os demais sistemas para obtenção dos dados.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos, que inclui a supervisão dos controles internos, são definidas no Manual de Gestão de Riscos aprovado pelo conselho de administração cujo detalhamento é informado no item 5.1 desse Formulário de Referência.

Os principais cargos da alta administração envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras são:

- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;
- Diretor Corporativo Contábil Tributário e de Patrimônio;
- Assessor Corporativo Contábil de Controle; e
- Gerente de Relações com Investidores.

A administração da Companhia entende que o processo de avaliação dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria é apropriado nas circunstâncias, de forma que os auditores possam emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. A avaliação é efetuada com o propósito de identificar possíveis deficiências nos controles internos. Anualmente, os auditores independentes emitem carta destinada à administração com os apontamentos dessas deficiências nos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Na comunicação de deficiências de controles internos do exercício de 2019 da Companhia, não foram apontados aprimoramentos de controles classificadas como deficiência significativa.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os itens apontados pelos auditores como deficiências significativas em 2018/2017, foram corrigidos ao longo do exercício de 2019.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) Se o emissor possuir regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O Grupo Energisa adota conjunto de estruturas, procedimentos e práticas de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos que engloba, entre outros elementos, o seguinte: (i) modelo de condutas inaceitáveis e conflito de interesses; (iii) Comitê de Ética da Energisa; (iv) Comitê de Auditoria e Riscos da Energisa; (v) Política de Operações com Partes Relacionadas; (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (vii) gestão de riscos e auditoria, com o mapeamento de processos críticos e de integridade; (viii) auditoria de fornecedores; (ix) auditoria de partes relacionadas; e (x) canal de denúncias de irregularidade.

Além disso, nota-se que as práticas de integridade do Grupo Energisa prezam pelos seguintes princípios gerais:

- I. Transparência e ética nos negócios, através de boas práticas de governança corporativa, razão pela qual se disponibiliza aos interessados um canal de denúncias (“Canal de Denúncia”), conforme previsto no Código de Ética e Conduta, para o relato de irregularidades;
- II. Repúdio à prática de denúncias vazias, irresponsáveis, conspiratórias ou vingativas, e valorização de denúncias quando a pessoa denunciante tenha conhecimento dos fatos, dados ou situações irregulares envolvendo o Grupo Energisa;
- III. Valorização a denúncias feitas por pessoas devidamente identificadas, observado, contudo, que denúncias anônimas também podem ser objeto de averiguação;
- IV. O Grupo Energisa deve envidar todos os esforços necessários no sentido de apurar a denúncia apresentada, no limite de sua competência e responsabilidade, no menor prazo possível, sem, todavia, assumir, a priori, qualquer responsabilidade quanto a eventuais perdas diretas ou indiretas que possam ter sido provocadas pelos fatos narrados na denúncia, salvo os casos de culpa objetiva da respectiva empresa;
- V. Em linha com os valores, princípios e políticas do Grupo Energisa, em nenhuma instância se pode aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa fé e sob os parâmetros que regem as práticas de integridade do Grupo Energisa, formule uma denúncia;
- VI. Toda informação relacionada a uma denúncia de irregularidade deve ser tratada de forma confidencial e restrita, evitando-se, assim, sua divulgação indevida. O acesso à informação relativa a uma denúncia deve ser limitado às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo. Todos os documentos relativos a uma denúncia de irregularidade devem receber o título de CONFIDENCIAL;
- VII. Qualquer pessoa que receba por engano uma informação confidencial relativa a uma denúncia de irregularidade não deve divulgar ou copiar a referida informação, por nenhum meio ou forma, bem como deve apagar imediatamente a referida informação, bem como informar tempestivamente a denúncia ao Comitê de Ética da Companhia;
- VIII. Toda informação sobre uma denúncia de irregularidade deve ser centralizada no Comitê de Ética da Companhia, que é o principal responsável pela condução das apurações, divulgação e comunicação nas esferas e níveis cabíveis;
- IX. A denúncia de irregularidade que possa ser considerada ato ou fato relevante deve ser direcionada ao Diretor de Relações com Investidores, que deve tomar providências para que o significado e importância da denúncia sejam analisados pelo Comitê de Divulgação da Companhia, de acordo com as regras previstas em seu Regimento Interno;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- X. É dever de todo cidadão/cidadã denunciar qualquer irregularidade ou violação ao princípio universal da legalidade, razão pela qual as denúncias podem ser feitas por empregados próprios, pessoal terceirizado, clientes, fornecedores de materiais ou serviços, administradores, acionistas ou qualquer outro terceiro interessado.
- XI. O Canal de Denúncia não deve ser confundido com um serviço do tipo 190 (Polícia) ou de emergência. Em função disso não deve ser usado para relatar eventos que apresentem ameaça imediata à vida ou à propriedade, uma vez que esses eventos podem não receber uma resposta imediata. Se a pessoa interessada precisar de assistência emergencial deve contatar as autoridades constituídas.

Não há exigência formal de reavaliação periódica dos riscos e das práticas de integridade do Grupo Energisa.

- ii) **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O Comitê de Ética da Companhia é o principal responsável pela condução das apurações, divulgação e comunicação de irregularidades nas esferas e níveis cabíveis do Grupo Energisa.

O Comitê de Ética da Companhia atua com independência, autonomia e de acordo com regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo que suas principais atribuições estão explicitadas no Código de Ética e Conduta.

Destaca-se ainda que o Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia é periodicamente informado sobre as atividades do Comitê de Ética.

- iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia está sujeita ao Código de Ética e Conduta do Grupo Energisa, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, e que dita regras e políticas relacionadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As regras, procedimentos e práticas previstas no Código de Ética e Conduta devem ser observados por todos os colaboradores do Grupo Energisa e/ou por pessoas naturais e/ou jurídicas com quem o Grupo Energisa mantenha relação comercial.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Não há procedimentos formalizados de treinamento periódico. Todos os colaboradores são apresentados ao Código de Ética e Conduta e devem assinar o termo de compromisso a ser seguido no primeiro dia de trabalho. Além disso, o código é mantido disponível no site da empresa e sua importância é periodicamente ressaltada através da comunicação interna da empresa.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

No Código de Ética e de Conduta, a Companhia se compromete a analisar as violações e determinar a adoção de medidas disciplinares de acordo com sua gravidade, utilizando como referência as normas internas do Grupo Energisa.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta do Grupo Energisa, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 09 de agosto de 2012, encontra-se disponível para consulta no seguinte endereço: <http://grupoenergisa.com.br/paginas/grupo-energisa/codigo-de-etica.aspx>

- b) **Se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Grupo Energisa dispõe de um Canal de Denúncia para receber demandas internas e externas referentes aos seguintes temas principais:

- I. Infrações ao Código de Ética e Conduta;
 - II. Qualquer ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração em documentos, registros das empresas do Grupo Energisa, inclusive contábeis, e nas demonstrações financeiras;
 - III. Práticas indevidas e contrárias aos normativos legais e estatutários vigentes, registro de transações sem comprovação, omissão dos registros, apropriação indébita de ativos e manipulação de documentos e registros em geral que modifiquem ativos, passivos e resultados das empresas do Grupo Energisa;
 - IV. Qualquer ação ou omissão pela qual alguém procure obter vantagem direta ou indireta, omitindo um ativo, uma obrigação, ou causando determinada perda a pessoas físicas ou jurídicas; e
 - V. Todo e qualquer fato que requeira a atenção da administração ou possibilite informação distorcida ao mercado, investidores, proprietários, clientes, credores ou qualquer outra parte interessada, no que tange à realidade das empresas do Grupo Energisa.
- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia e as demais sociedades do Grupo Energisa dispõem de Canal de Denúncias próprio, operado por funcionários do Grupo Energisa.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Como indicado anteriormente, o Canal de Denúncia não está disponível apenas para os empregados do Grupo Energisa, mas também para terceiros.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Embora não haja mecanismos formais de anonimato e de proteção a denunciante, reitera-se que todas as informações relacionadas a uma denúncia de irregularidade devem ser tratadas de forma confidencial e restrita, limitando-se às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo.

Adicionalmente, em linha com os valores, princípios e políticas do Grupo Energisa, em nenhuma instância se pode aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa fé e sob os parâmetros que regem as práticas de integridade do Grupo Energisa, formule uma denúncia.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética do Grupo Energisa.

- c) **Se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias nos quais a Companhia e as sociedades integrantes do Grupo Energisa se envolvem são precedidos pela execução de procedimentos de auditoria legal.

Adicionalmente, todos os instrumentos contratuais firmados pela Companhia e demais sociedades integrantes do Grupo Energisa no âmbito de tais processos devem conter cláusula com declaração anticorrupção da contraparte envolvida.

- d) **Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Não aplicável, tendo em vista as práticas e procedimentos descritos neste item 5.4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos ou na política de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao último o exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Energisa S.A. (“Companhia”) controla 11 distribuidoras de energia elétrica: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Minas Gerais” ou “EMG”), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Sergipe” ou “ESE”), Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Paraíba” ou “EPB”), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Nova Friburgo” ou “ENF”), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Mato Grosso” ou “EMT”), Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Mato Grosso do Sul” ou “EMS”), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Tocantins” ou “ETO”), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Borborema” ou “EBO”), Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. (“ESS”), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Rondônia” ou “ERO”) e Energisa Acre Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. (“Energisa Acre” ou “EAC”), localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Rondônia e Acre.

O Grupo Energisa, formado pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas (“Grupo Energisa”), possui relevante posição de caixa, oriunda, em parte, da geração operacional da Companhia. A Companhia acessa fontes diferenciadas de financiamento para implementar seus planos de negócios.

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida (a)	17.188,6	15.788,0	8.954,5
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	3.036,3	4.350,7	2.818,3
Dívida Líquida (c)	14.152,3	11.437,3	6.136,2
Patrimônio Líquido (d)	5.698,3	5.388,1	3.843,5
Índice de Endividamento Líquido	2,48	2,12	1,60

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.

(b) Consideram as aplicações financeiras no mercado aberto.

(c) A dívida líquida considera caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(d) O patrimônio líquido atribuível aos controladores inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
A) Curto Prazo	2.580,9	2.176,1	1.999,6
Encargos de dívida	70,8	89,1	64,0
Empréstimos e financiamentos	1.343,0	1.560,4	1.609,5
Debêntures	1.167,1	526,6	326,1
B) Longo Prazo	14.607,7	13.611,9	6.954,9
Empréstimos e financiamentos	6.836,2	6.611,2	3.924,4
Debêntures	7.771,6	7.000,7	3.030,5
= Total de empréstimos, financiam. e debêntures	17.188,6	15.788,0	8.954,5

O aumento nos empréstimos, financiamentos e debêntures reflete captações realizadas ao longo de 2019 para capital de giro e para o programa de investimentos do Grupo Energisa.

Nos primeiros meses após a aquisição das companhias, a Energisa realizou importantes emissões para alongamento das dívidas das distribuidoras.

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	2019	2018	2017
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total)	83,6%	83,4%	78,3%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	22,9	24,8	0,3
Imobilização do Patrimônio Líquido (Ativo Permanente/PL)	197,8%	174,4%	158,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,31	1,46	1,24
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoque)/Passivo Circulante)	1,29	1,45	1,23

Fonte: Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

Disponibilidades Financeiras	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	663,1	706,7	921,5
Aplicações financeiras (circulante)	2.016,4	3.538,7	1.759,0
Aplicações financeiras (não circulante)	356,8	105,2	137,8
= Total de Disponibilidades Financeiras	3.036,3	4.350,7	2.818,3
Total de empréstimos, financiam. e debêntures líquido das disponibilidades financeiras	14.152,3	11.437,2	6.136,2

10.1.b. Estrutura de capital

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios. A seguir, apresenta-se a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida Líquida (a)	14.152,3	11.437,2	6.136,2
Patrimônio Líquido	5.698,3	5.388,1	3.843,5
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	71,3%	68,0%	61,50%
Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	28,7%	32,0%	38,50%

(a) total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, circulante e não circulante, deduzido do caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante

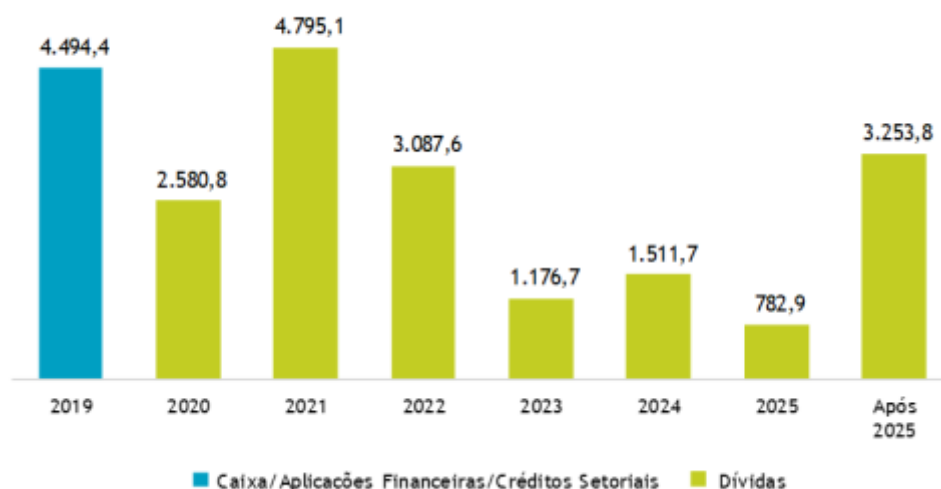
O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e recentemente realizou acesso ao mercado de capitais, o que explica a evolução da estrutura de capital da Companhia, que agora detém maior participação de capital próprio. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

10.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 4.494,4 milhões no final de dezembro de 2019, frente aos R\$ 6.242,1 milhões registrados em dezembro de 2018. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 1.458,1 milhões em dezembro de 2019 e R\$ 1.891,4 milhões em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 13.677,6 milhões, contra R\$ 12.867,1 milhões em setembro de 2019 e R\$ 10.845,7 milhões em dezembro de 2018. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidado passou de 2,7 vezes em dezembro de 2018 para 3,6 vezes em dezembro de 2019. É importante mencionar que esse indicador foi impactado positivamente pelo efeito da combinação de negócios, relacionada à aquisição da ERO e EAC, no valor de R\$ 1.169,6 milhões, até o período acumulado de 12 meses encerrado em 31 de setembro de 2019.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão**
(R\$ milhões)

Ao fim de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida bruta diminuiu para 4,8 anos (ante 5,1 anos em dezembro de 2018) e o custo médio da dívida bruta caiu 2,06 pontos percentuais, encerrando o ano em 6,36% (144,55% do CDI), ante 8,42% (131,61% do CDI) em dezembro de 2018.

10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O Grupo Energisa possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), notas promissórias e emissões no mercado externo. Vide também item f desta seção 10.

Em 2019

As contratações de financiamento pelo Grupo Energisa no ano de 2019 totalizaram R\$ 3.915 milhões, com custo médio de 112,3 % do CDI e prazo médio de 4,7 anos.

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Prazo Médio (anos)
ESOL, ECOM, EMS, ESS, EAC, EMT, ERO, EBO, ENF e ESA	Lei 4.131	960	115,8 % CDI	2,8
EMT, ESE e ESA	Notas Promissórias ICVM 476	720	109,9 % CDI	2,5
EMG, EMT, EMS EPB, ESS, ETO e Alsol	Debentures ICVM 476	1.740	113,5% CDI	6,0
ESA	Debentures ICVM 476 - Infraestrutura	496	105,0 % CDI	6,9
Total		3.915,9	112,3%	4,7

Em 2018

A contratação de financiamento pelo Grupo Energisa em 2018 totalizou R\$ 7.397,0 milhões, com custo médio de 118,7% do CDI e prazo médio de 4,0 anos.

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Prazo Médio (anos)
EMT, EPB, ESE, ETO, ENF, ESS, EMG, EMS, EBO, ESA, ECOM e EAC	Lei 4.131	2.699,5	121,4 % CDI	3,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ETO	Notas Promissórias ICVM 476	300,0	110,0 % CDI	1,5
ETE, EMG, ESE, ESS, EPB, EMT, EMS e ETO	Debêntures ICVM 476 - Infraestrutura	1.347,5	103,9 % CDI	6,2
ESA, EPB, EMS, ERO, e EMT	Debêntures ICVM 476	3.050,0	122,6 % CDI	4,0
Total		7.397,0	118,3 % CDI	4,0

Em 2017

A contratação de financiamento pelo Grupo Energisa em 2017 totalizou R\$ 3.076,9 milhões, com custo médio de 112,0% do CDI e prazo médio de 3,9 anos.

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Prazo Médio (anos)
EMG, ENF, EBO, EPB, EMS, EMT e ESS	Lei 4.131	949,0	122,6% CDI	3,6
EBO, EPB, ESE, EMT, ETO e ESS	Notas Promissórias	603,0	111,9% CDI	1,2
ESA	Debêntures de Infraestrutura	1.224,9	105,6% CDI	5,4
EMS	Debêntures ICVM 476	300,0	107,5% CDI	5,0
Total		3.076,9	112,0% CDI	3,9

Entre as quitações relevantes em 2017, vale mencionar o pré-pagamento dos empréstimos com a Eletrobras, referentes aos recursos da Reserva Global de Reversão (“RGR”), cujo saldo devedor era de R\$ 247,8 milhões, nas seguintes distribuidoras: EMT (R\$ 219,7 milhões), EMS (R\$ 24,7 milhões), ESE (R\$ 1,9 milhão) e ESS (R\$ 1,5 milhão). Além disso, em 2017, foi realizado o resgate antecipado

facultativo da 1ª emissão de notas promissórias da Energisa Tocantins, no valor de R\$ 111,9 milhões e da 7ª emissão de debêntures da EMS, no valor de R\$ 295 milhões.

10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Grupo Energisa esclarece que o Grupo busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei 4.131, debêntures, notas comerciais, cédulas de créditos bancários e bonds no mercado externo. Alternativamente, também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

- Aderência ao orçamento aprovado;
- Regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;
- Aprovações específicas do conselho de administração;
- Alavancagem do Grupo Energisa (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado);
- *Rating* corporativo em escala global e em escala nacional;
- Prazo médio mínimo perseguido (“duration”);
- Limite de concentração em credores;
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Banco do Nordeste, Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um “duration” adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;
- Financiamentos diretos contratados com bancos comerciais e de investimentos deverão perseguir a maior pulverização (evitando concentração de exposição) e um limite consolidado máximo de 75% o EBITDA Ajustado Consolidado projetado para o exercício em curso ou o realizado do exercício anterior, dos dois o maior;
- Privilegiar operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;
- Garantias às operações de suas subsidiárias;
- Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, *commercial papers*, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;
- Adequação da estrutura de capital das unidades de negócio, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória; e
- Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa.

10.1.f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Posição em 31 de dezembro de 2019 (Valores em R\$ mil)

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 4.494,4 milhões no final de dezembro de 2019, frente aos R\$ 6.242,1 milhões registrados em dezembro de 2018. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 1.458,1 milhões em dezembro de 2019 e R\$ 1.891,4 milhões em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 13.677,6 milhões, contra R\$ 12.867,1 milhões em setembro de 2019 e R\$ 10.845,7 milhões em dezembro de 2018. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidado passou de 2,7 vezes em dezembro de 2018 para 3,6 vezes em dezembro de 2019. É importante mencionar que esse indicador foi impactado positivamente pelo efeito da combinação de negócios, relacionada à aquisição da ERO e EAC, no valor de R\$ 1.169,6 milhões, até o período acumulado de 12 meses encerrado em 31 de setembro de 2019.

Os quadros a seguir demonstram as dívidas consolidadas circulante e não circulante da Companhia e as disponibilidades financeiras (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante) nos últimos três exercícios:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures Valores em R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
A) Curto Prazo	2.580,9	2.176,1	1.999,6
Encargos de dívida	70,8	89,1	64
Empréstimos e financiamentos	1.343,0	1.560,4	1.609,50
Debêntures	1.167,1	526,6	326,1
B) Longo Prazo	14.607,7	13.611,9	6.954,90
Empréstimos e financiamentos	6.836,2	6.611,2	3.924,40
Debêntures	7.771,6	7.000,7	3.030,50
= Total de empréstimos, financiam. e debêntures	17.188,6	15.788,0	8.954,50

Disponibilidades Financeiras	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	663,1	706,7	921,5
Aplicações financeiras (circulante)	2.016,4	3.538,7	1.759,0
Aplicações financeiras (não circulante)	356,8	105,2	137,8
= Total de Disponibilidades Financeiras	3.036,3	4.350,7	2.818,3
Total de empréstimos, financiam. e debêntures líquido das disponibilidades financeiras	14.152,3	11.437,2	6.136,2

A diretoria da Companhia entende que o custo médio da dívida e *duration* da Companhia se encontra em níveis adequados ao longo dos anos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Controladora							
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
CDI	-	450.000	-	-	10.574	-	-	460.574
Gastos com captação	-	-	-	-	168	(592)	-	(424)
Total do custo	-	450.000	-	-	10.742	(592)	-	460.150
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	467.308	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	-	324.115
Marcação a mercado	2.054	-	-	-	-	-	2.004	4.058
Total ao valor justo	469.362	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	2.004	328.173
Total	469.362	450.000	(162.052)	(19.761)	49.362	(592)	2.004	788.323
Circulante	158.008							175.190
Não Circulante	311.354							613.133

	Consolidado								
	Saldos em 2018	Aquisição	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	1.249.918	116	-	(358.091)	(9.152)	49.953	-	-	932.744
Pós Fixado									
TJLP e TLP	8.283	-	-	(4.541)	(531)	52	-	-	3.263
Selic	22.793	-	-	(19.112)	(3.220)	429	-	-	890
CDI	2.337.094	-	1.034.900	(972.831)	(174.407)	159.581	-	-	2.384.337
TR	922.846	-	-	-	(72.667)	78.697	-	-	928.876
Gastos com captação	(984)	-	-	-	-	1.348	(3.388)	-	(3.024)
Cesta de Moedas	762	-	-	(375)	(54)	72	-	-	405
Outros	232.786	-	132.488	(108.332)	(12.553)	14.653	-	-	259.042
Total do custo	4.773.498	116	1.167.388	(1.463.282)	(272.584)	304.785	(3.388)	-	4.506.533
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	3.117.921	-	385.000	(508.874)	(137.753)	262.727	-	-	3.119.021
Euro	351.794	-	240.000	(3.028)	(3.771)	13.591	-	-	598.586
Gastos com captação	(2.606)	-	-	-	-	756	-	-	(1.850)
Marcação a mercado	20.017	-	-	-	-	-	-	7.674	27.691
Total ao valor justo	3.487.126	-	625.000	(511.902)	(141.524)	277.074	-	7.674	3.743.448
Total	8.260.624	116	1.792.388	(1.975.184)	(414.108)	581.859	(3.388)	7.674	8.249.981
Circulante	1.649.423								1.413.791
Não Circulante	6.611.201								6.836.190

	Controladora						
	Saldos em 2017	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Saldos em 2018

Mensuradas ao

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valor justo

Moeda estrangeira

Dólar	83.263	436.800	(87.443)	(12.705)	47.393	-	467.308
Marcação a mercado	214	-	-	-	-	1.840	2.054
Total ao valor justo	83.477	436.800	(87.443)	(12.705)	47.393	1.840	469.362
Total	83.477	436.800	(87.443)	(12.705)	47.393	1.840	469.362
Circulante	83.477						158.008
Não Circulante	-						311.354

	Consolidado								
	Saldos em 2017	Aquisição	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2018
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	104.790	1.178.336	-	(40.173)	(22.315)	29.280	-	-	1.249.918
TJLP e TLP	571.647	-	-	(563.550)	(15.430)	15.616	-	-	8.283
Selic	398.320	-	-	(383.955)	(5.635)	14.063	-	-	22.793
CDI	1.844.809	301.541	655.000	(487.314)	(134.125)	157.183	-	-	2.337.094
TR	918.111	-	-	-	(72.667)	77.402	-	-	922.846
Cesta de moedas	3.881	-	-	(3.170)	(110)	161	-	-	762
Gastos com captação	(7.865)	-	-	-	-	9.106	(2.225)	-	(984)
Outros	17.376	86.513	127.118	(671)	(1.201)	3.651	-	-	232.786
Total do custo	3.851.069	1.566.390	782.118	(1.478.833)	(251.483)	306.462	(2.225)	-	4.773.498
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.739.081	-	1.994.814	(990.537)	(108.043)	482.606	-	-	3.117.921
Euro	-	-	350.000	-	-	1.794	-	-	351.794
Gastos com captação	(3.663)	-	-	-	-	1.057	-	-	(2.606)
Marcação a mercado	11.457	-	-	-	-	-	-	8.560	20.017
Total ao valor justo	1.746.875	-	2.344.814	(990.537)	(108.043)	485.457	-	8.560	3.487.126
Total	5.597.944	-	3.126.932	(2.469.370)	(359.526)	791.919	(2.225)	8.560	8.260.624
Circulante	1.673.496								1.649.423
Não Circulante	3.924.448								6.611.201

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		
	2019	2018						
Energisa S/A								
Nota promissória 4ª Emissão (1)	310.043	-	CDI +0,55% a.a	jun/21	Final	6,51%		
FRN Santander - 4130335	70.447	-	CDI +0,8948% a.a	nov/22	Final	6,85%		
FRN Santander - 4132130 (1)	80.084	-	CDI +0,90% a.a	nov/24	Semestral a partir de nov/21	6,86%		
Custo de captação incorrido na contratação	(424)	-						
Total em moeda nacional	460.150	-						

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	
	2019	2018					
Resolução 4131 - Itaú (1)	324.115	467.308	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	8,06%	
Marcação à mercado de dívida (2)	4.058	2.054	-	-	-		
Total em moeda estrangeira	328.173	469.362					
Total Energisa S/A	788.323	469.362					

Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	5.794	10.802	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,66%	
Repasse BNDES I - ABC	-	2.759	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	9,27%	a 10,27%
Repasse BNDES II - ABC	-	271	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	9,27%	a 10,27%
Finame - Itaú BBA	8.243	10.926	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50%	a 8,70%
Parcelamento INERGUS	12.520	12.864	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	9,88%	
Parcelamento INERGUS - Migração	110.200	127.118	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	10,09%	
Nota promissória Safra - 2º Série (1)	-	94.196	CDI + 1,65%	abr/19	Final	7,61%	
Nota promissória 6ª emissão (1)	147.034	-	CDI + 0,80%	mar/22	Final	6,76%	
Custo de captação incorrido na contratação	(333)	(122)	-	-	-	-	
Total em moeda nacional	283.458	258.814					
Resolução 4131 - Citibank (1)	286.476	326.955	Libor + 0,72% a 0,73% a.a.	abr/21	Final	7,07%	a 7,08%
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	139.230	134.004	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	7,55%	
Resolução 4131 - Citibank (1)	44.849	43.146	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	7,17%	
Resolução 4131 - JP Morgan (1)	14.587	14.031	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final	7,65%	
Marcação à mercado de dívida (2)	489	467	-	-	-	-	
Total em moeda estrangeira	485.631	518.603					
Total Energisa Sergipe	769.089	777.417					

Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	23.564	43.927	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,66%	
Finame - Itaú	15.125	20.163	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50%	a 10,00%
Parcelamento FUNASA	3.492	3.843	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	10,25%	
Nota promissória safra - 2º SÉRIE (1)	-	68.030	CDI + 1,65%	abr/19	Final	7,61%	
Custo de captação incorrido na contratação	(97)	(240)	-	-	-	-	
Total em moeda nacional	42.084	135.723					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	102.803	98.814	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final	7,82%	
Resolução 4131 - Citibank (1)	75.242	126.393	Libor + 0,73% a.a.	jan/21	Final	7,08%	
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	121.966	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	8,60%	
Marcação à mercado de dívida (2)	208	968	-	-	-	-	
Total em moeda estrangeira	178.253	348.141					
Total Energisa Paraíba	220.337	483.864					

Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	5.791	10.798	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,66%	
Luz para Todos - Eletrobrás	-	1.446	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	6,00%	
Repasse BNDES I - Itaú BBA	510	978	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	10,92%	
Repasse BNDES II - Itaú BBA	296	551	UMBND + 3,75%	jan/21	Mensal	3,83%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		
	2019	2018						
			a.a. (*)					
Repasse BNDES III - Itaú BBA	213	408	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	12,12%		
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	324	622	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%		
Finame - Itaú BBA	6.406	8.583	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	2,50%	a	10,00%
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	73.367	110.067	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	7,28%		
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	-	20.426	CDI + 0,57%	set/19	Final	6,53%		
Custo de captação incorrido na contratação	(24)	(48)	-	-	-	-		
Total em moeda nacional	86.883	153.831						
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	36.283	34.876	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	7,82%		
Resolução 4131 II - Citibank (1)	71.183	120.775	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final	7,07%		
Resolução 4131 - BBM Loan	63.019	-	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final	6,79%		
Marcação à mercado de dívida (2)	861	337	-	-	-	-		
Total em moeda estrangeira	171.346	155.988						
Total Energisa Minas Gerais	258.229	309.819						

Energisa Nova Friburgo								
FIDC Grupo Energisa III	1.545	2.880	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,66%		
Luz para Todos - Eletrobrás	-	52	7,00% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	7,00%		
Repasse BNDES I - Itaú	191	380	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	10,92%		
Repasse BNDES II - Itaú	109	211	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,83%		
Repasse BNDES III - Itaú	79	158	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	12,12%		
Repasse BNDES IV - Itaú	126	251	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%		
Finame - Itaú	683	901	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50%	a	6,00%
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	23.344	35.021	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,28%		
FRN 4131519	15.044	-	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	6,76%		
Custo de captação incorrido na contratação	(7)	(13)	-	-	-	-		
Total em moeda nacional	41.114	39.841						
Resolução 4131 - Citibank (1)	51.557	49.575	LIBOR + 0,65 a 1,62% a.a.	set/22	Final	7,00%	a	7,97%
Marcação à mercado de Dívida (2)	743	865	-	-	-	-		
Total em moeda estrangeira	52.300	50.440						
Total Energisa Nova Friburgo	93.414	90.281						

Energisa Borborema								
FIDC Grupo Energisa III	1.931	3.601	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,66%		
Finame - Itaú BBA	1.417	1.880	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50%	a	8,70%
Nota promissória safra - 2º serie (1)	-	10.488	CDI + 1,65%	mar/19	Final	7,61%		
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	26.679	40.024	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	7,28%		
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	-	20.426	CDI + 0,70%	set/19	Final	6,66%		
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.595	-	CDI + 0,92%	jul/20	Final	6,88%		
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	15.044	-	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	6,76%		
Custo de captação incorrido na contratação	(8)	(21)	-	-	-	-		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		
	2019	2018						
Total em moeda nacional	65.658	76.398						
Resolução 4131 - Citibank (1)	24.840	23.906	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final		7,32%	
Marcação à mercado de dívida (2)	55	163						
Total em moeda estrangeira	24.895	24.069						
Total Energisa Borborema	90.553	100.467						

Energisa Mato Grosso								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		7,00%	
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	482.682	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		6,66%	
CCB - Santander (1)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal		8,24%	
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	450.626	517.965	CDI + 1,25% a	dez/20	Semestral a partir de dez/19	7,21%	a	7,28%
Nota Promissória 2ª emissão (1)	293.823	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final		6,76%	
Custo de captação incorrido na contratação	(641)	-						
Total em moeda nacional	1.579.892	1.359.875						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	214.059	205.940	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	7,55%	a	7,95%
Citibank Loan - 4131 (1)	57.899	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		8,05%	
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	57.892	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		8,15%	
Citibank Loan - 4131 (1)	128.422	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		7,17%	
BBM Loan - 4131 (1)	-	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final		7,41%	
J P MORGAN Loan (1)	108.167	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final		7,40%	
Merryl Lynch Loan (1)	48.387	-	0,6870% a.a.	dez/22	Final		2,75%	
Scotiabank Loan (1)	198.327	-	2,1964% a.a.	dez/22	Final		6,22%	
Custo de captação incorrido na contratação	(547)	(766)						
Marcação à mercado de dívida (2)	3.238	4.650						
Total em moeda estrangeira	815.844	622.107						
Total Energisa Mato Grosso	2.395.736	1.981.982						

Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		7,00%	
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.250	220.504	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		6,66%	
Nota Flutuante de Juros - Santander	66.602	-	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final		6,85%	
Total em moeda nacional	578.344	511.918						
Loan Citi - 4131 (1)	58.398	56.189	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021		8,05%	
Loan Citi EDC - 4131 (1)	58.367	56.152	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021		8,15%	
Loan Citi - 4131 (1)	69.151	66.525	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final		7,18%	
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	51.345	-	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final		3,05%	
Custo de captação incorrido na contratação	(535)	(757)	-	-	-		-	
Marcação à mercado de dívida (2)	2.339	1.573	-	-	-		-	
Total em Moeda Estrangeira	239.065	179.682						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	817.409	691.600						

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	
	2019	2018					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	8.486	13.027	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	
Luz para Todos II - Eletrobrás	-	18.706	SELIC	out/19	Mensal	5,96%	
CCB - Santander (1)	-	13.909	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	-	315.566	110,0% CDI	set/19	Final	6,56%	
Custo de captação incorrido na contratação	-	(540)	-	-	-	-	
Total em moeda nacional	8.486	360.668					
Resolução 4131 - Itaú (1)	209.563	201.514	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	8,37%	
Loan Citi - 4131 (1)	45.358	43.660	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	8,05%	
Loan Citi EDC - 4131 (1)	45.329	43.624	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	8,15%	
Merrill Lynch Loan (1)	125.885	121.160	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	7,55%	
Custo de captação incorrido na contratação	(507)	(717)					
Marcação à mercado de dívida (2)	6.729	3.355	-	-	-	-	
Total em moeda estrangeira	432.357	412.596					
Total Energisa Tocantins	440.843	773.264					
Energisa Sul Sudeste							
CCB - Santander (1)	-	1.425	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	
Nota Promissória - Safra (1)	-	10.615	CDI + 1,65%	fev/19	Final	7,61%	
Total em Moeda Nacional	-	12.040					
Loan Citi - 4131 (1)	27.663	26.607	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,05%	
Loan Citi EDC - 4131 (1)	27.663	26.605	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,15%	
Merrill Lynch Loan (1)	120.883	116.332	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	7,45%	
Loan Citi Loan - 4131 (1)	64.834	62.383	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	7,62%	
Merrill Lynch Loan (1)	79.656	76.653	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	7,55%	
Merrill Lynch Loan (1)	110.774	-	0,87% Pré a.a	jun/22	Final	2,93%	
Scotiabank Loan (1)	49.582	-	2,1964% Pré a.a	dez/22	Final	6,22%	
Custo de captação incorrido na contratação	(261)	(366)					
Marcação à mercado de dívida (2)	3.622	4.436	-	-	-	-	
Total em moeda estrangeira	484.416	312.650					
Total Energisa Sul Sudeste	484.416	324.690					
ERO							
CCEE - Eletrobrás	649.693	620.757	5,00% a.a	out/48	Mensal a partir de 2024	5,00%	
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.245	8,50% a.a pré	jun/21	Mensal	8,50%	
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	12.744	7,00% a.a pré	dez/26	Mensal	7,00%	
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	21.149	6,00% a.a pré	nov/25	Mensal	6,00%	
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	297.821	119,50% CDI + 0,50%	dez/24	Mensal	7,62%	
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	2.853	Selic + 0,50%	out/18	Mensal	6,46%	
FRN 4131614 (1)	50.048	-	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	6,86%	
Total em Moeda Nacional	699.741	971.569					
Scotiabank Loan (1)	49.582	-	2,1964% a.a.	dez/22	Final	6,22%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		
	2019	2018						
Marcação à mercado de dívida (2)	(155)	-						
Total em moeda estrangeira	49.427	-						
Total Energisa Rondônia	749.168	971.569						
EAC								
CCEE - Eletrobrás	215.043	205.019	5,00% a.a	dez/48	Mensal a partir de 2024	5,00%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	218	6,00% a.a pré	set/24	Mensal	6,00%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	82.423	6,90% a.a pré	fev/20	Mensal	6,90%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.679	6,40% a.a pré	dez/17	Mensal	6,40%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	634	7,00% a.a pré	fev/19	Mensal	7,00%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	86.074	8,19% a.a pré	jul/22	Mensal	8,19%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	103.855	7,85% a.a pré	jul/22	Mensal	7,85%		
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	88.961	IPCA + 8,43% a.a	jun/21	Mensal	12,74%		
Total em Moeda Nacional	215.043	583.863						
Merrill lynch Loan (1)	359.045	351.794	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	3,46%		
Merrill lynch Loan (1)	29.035	-	0,7619% a.a.	dez/21	Final	0,76%		
Marcação à mercado de dívida (2)	5.281	703						
Total em moeda estrangeira	393.361	352.497						
Total Energisa Acre	608.404	936.360						
Energisa Soluções								
Finame - Itaú BBA	1.779	2.191	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	2,50%	a	6,00%
Total em moeda nacional	1.779	2.191						
Banco BBM Loan 4131	21.420	-	2,96% a.a.	mar/21	Final	6,98%		
Marcação à mercado de dívida (2)	220	-						
Total em moeda estrangeira	21.640	-						
Total Energisa Soluções	23.419	2.191						
Energisa Soluções Construções								
Finame - Itaú BBA	2.422	2.915	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	6,00%		
Finame - Itaú BBA	890	1.234	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	11,10%	a	11,16%
Finame - Itaú BBA	2.270	3.329	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	10,97%	a	11,04%
Total em moeda nacional	5.582	7.478						
Total Energisa Soluções Construções	5.582	7.478						
Energisa Pará I								
BASA - CCB 048-19/0002-0	132.830	-	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	6,20%		
Custo de captação incorrido na contratação	(1.490)							
Total em Moeda Nacional	131.340	-						
Total Energisa Pará I	131.340	-						
Energisa Comercializadora								
SANTANDER - 4131 (1)	42.208	40.545	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	8,61%		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	
	2019	2018					
BBM Loan - 4131	24.529	-	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	6,91%	
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3	446					
Total em moeda estrangeira	66.740	40.991					
Total Energisa Comercializadora	66.740	40.991					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	5.788	5.326	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	
Credores "RJ" - BNB	12.757	11.741	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	
Total em Moeda Nacional	18.545	17.067					
Total Rede Energia S.A.	18.545	17.067					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	283.982	278.125	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	4,00%	
Total em moeda nacional	283.982	278.125					
Total Denerge	283.982	278.125					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	4.452	4.097	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	
Total em moeda nacional	4.452	4.097					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.452	4.097					
Em moeda nacional	4.506.533	4.773.498					
Em moeda estrangeira	3.743.448	3.487.126					
Energisa consolidada	8.249.981	8.260.624					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis, S= Seguro

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Controladora:

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

Controladas:

Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0

- (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo 31 de dezembro de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 38 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (4) Em fevereiro e março de 2019 as controladas diretas ERO e EAC efetuaram liquidação antecipada de empréstimos junto a Eletrobrás no valor total de R\$718.590, sendo R\$358.898 da ERO e R\$359.692 da EAC. Deste montante, R\$33.333 foram liquidados com a transferências das ações Eletronorte detidas pelas controladas.

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$110.617 (R\$99.735 em 2018), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2019	2018
US\$ x R\$	4,02%	17,13%
TJLP	6,17%	6,72%
SELIC	5,96%	6,43%
CDI	5,96%	6,42%
IPCA	4,31%	3,75%
IGP-M	7,32%	7,55%
LIBOR	2,33%	2,34%
UMBNB	0,08%	0,07%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	4,38%	2,99%
Euro	2,06%	11,83%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	497.894	2.499.353
2022	69.524	1.512.758
2023	22.857	284.781
2024	22.858	134.626
Após 2024	-	2.404.672
Total	613.133	6.836.190

Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	1.466.938	-	(233.333)	(101.846)	98.971	-	-	1.230.730
IPCA	1.916.183	500.000	(195.586)	(170.122)	256.324	-	-	2.306.799
Gastos com	(4.849)	-	-	-	2.335	-	-	(2.514)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

captação							
Total ao custo	3.378.272	500.000	(428.919)	(271.968)	357.630	-	- 3.535.015
Circulante	492.103						969.384
Não Circulante	2.886.169						2.565.631

	Consolidado							
	Saldos em 2018	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	51.089	-	-	(3.340)	7.758	-	-	55.507
Pós Fixado								
CDI	4.152.522	1.000.000	(233.333)	(331.404)	329.559	-	-	4.917.344
IPCA	3.277.293	500.000	(195.586)	(221.068)	375.367	-	-	3.736.006
Gastos com captação	(53.439)	-	-	-	16.762	(16.889)	-	(53.566)
Marcação a mercado	99.809	-	-	-	-	-	183.526	283.335
Total ao custo	7.527.274	1.500.000	(428.919)	(555.812)	729.446	(16.889)	183.526	8.938.626
Circulante	526.593							1.167.067
Não Circulante	7.000.681							7.771.559

(*) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2019 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	500.000	15/04/2019	Única	11 ^a	8,93%
EMT	150.000	10/06/2019	1 ^a e 2 ^a	10 ^a	6,69% e 7,01%
EMS	110.000	10/06/2019	Única	12 ^a	6,69%
ETO	400.000	10/06/2019	1 ^a e 2 ^a	5 ^a	6,91% e 7,11%
EPB	120.000	10/06/2019	1 ^a e 2 ^a	6 ^a	6,69% e 6,79%
ESE	50.000	10/06/2019	Única	7 ^a	6,69%
EMG	70.000	10/06/2019	1 ^a e 2 ^a	11 ^a	6,69% e 6,79%
ALSOL	100.000	07/10/2019	Única	1 ^a	7,16%
Total	1.500.000				

	Controladora							
	Saldos em 2017	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2018
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	764.269	700.000	-	(76.230)	78.899	-	-	1.466.938
IPCA	2.006.872	-	(158.424)	(167.747)	235.482	-	-	1.916.183
Gastos com captação	(3.604)	-	-	-	1.824	(3.069)	-	(4.849)
Total ao custo	2.767.537	700.000	(158.424)	(243.977)	316.205	(3.069)	-	3.378.272
Circulante	241.939							492.103
Não Circulante	2.525.598							2.886.169

Consolidado								
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Saldos em 2017	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2018
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	47.254	-	-	(3.340)	7.175	-	-	51.089
Pós Fixado								
CDI	1.328.602	3.050.000	(257.165)	(127.929)	159.014	-	-	4.152.522
IPCA	2.006.873	1.345.217	(158.424)	(167.874)	251.501	-	-	3.277.293
Gastos com captação	(26.112)	-	-	-	10.137	(37.464)	-	(53.439)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	99.809	99.809
Total ao custo	3.356.617	4.395.217	(415.589)	(299.143)	427.827	(37.464)	99.809	7.527.274
Circulante	326.147							526.593
Não Circulante	3.030.470							7.000.681

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/2ª Série	-	196.685	28/05/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	15,01%
7ª Emissão/1ª Série (*)	209.218	201.666	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	13,06%
7ª Emissão/2ª Série (*)	209.218	201.666	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	13,06%
7ª Emissão/3ª Série (*)	209.218	201.666	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	13,06%
7ª Emissão/4ª Série	210.312	202.687	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	14,56%
7ª Emissão/5ª Série	210.312	202.687	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	14,56%
7ª Emissão/6ª Série	210.312	202.687	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	14,56%
8ª Emissão/1ª Série	222.106	214.211	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,91%
8ª Emissão/2ª Série	199.407	192.317	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	67.526	65.142	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	8,80%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.591	12.147	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	9,02%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	23.451	22.622	15/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	9,42%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	763.463	765.721	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
10ª Emissão	467.266	701.217	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	7,06%
11ª Emissão	523.130	-	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	8,93%
Custos de captação	(2.515)	(4.849)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	3.535.015	3.378.272						
ESE								
6ª Emissão	68.393	65.654	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
7ª Emissão	50.143	-	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	6,69%
Custos de captação	(1.194)	(1.124)						
Total ENERGISA SERGIPE	117.342	64.530						
EPB								
Debentures 4ª Emissão	184.243	184.844	15/02/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	6,96%
Debentures 5ª Emissão	142.048	136.359	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 6ª Emissão 1º Série	72.204	-	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	6,69%
Debentures 6ª Emissão 2º	48.139	-	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	6,79%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
Série				48.000				
Custos de captação	(2.822)	(3.302)						
Total ENERGISA PARAÍBA	443.812	317.901						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	55.507	51.089	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov / 35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	55.507	51.089						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	304.713	305.689	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	6,41%
Debentures 10ª Emissão	153.506	154.008	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	6,91%
Debentures 11ª Emissão	163.092	156.560	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 12ª Emissão	110.312	-	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	6,69%
Custos de captação	(2.844)	(3.497)						
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	728.779	612.760						
EMT								
Debentures 8ª Emissão	481.259	482.824	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	7,06%
Debentures 9ª Emissão	405.099	388.874	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	117.833	-	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	6,69%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	32.598	-	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	7,01%
Custos de captação	(8.742)	(10.912)						
Total ENERGISA MATO GROSSO	1.028.047	860.786						
EMG								
Debentures 10ª Emissão	52.609	50.503	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 11ª Emissão 1ª Série	34.098	-	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	6,69%
Debentures 11ª Emissão 2ª Série	36.104	-	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	6,79%
Custos de captação	(1.257)	(1.185)						
Total ENERGISA MINAS GERAIS	121.554	49.318						
ETO								
Debentures 4ª Emissão	252.529	242.415	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	238.300	-	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	6,91%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	162.902	-	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	7,11%
Custos de captação	(5.669)	(5.443)						
Total ENERGISA TOCANTINS	648.062	236.972						
ESS								
Debentures 4ª Emissão	73.655	70.704	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Custos de captação	(1.362)	(1.672)						
Total ENERGISA SUL SUDESTE	72.293	69.032						
ETE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	82.022	75.512	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	9,23%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	56.025	51.471	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	9,45%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	133.733	123.058	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	9,29%
Custos de captação	(2.676)	(47)						
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	269.104	249.994						
ERO								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série (**)	1.559.152	1.558.219	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	7,61%
Custos de captação	(2.868)	(5.100)						
Total ENERGISA RONDÔNIA	1.556.284	1.553.119						
ALSOL								
Debentures 1ª Emissão	101.109	-	23/10/19	100.000 / 100.000	CDI+1,20% a.a	out / 24	Final	7,16%
(-) custos de captação	(370)	-						

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
Total da Alsol	100.739	-						
TOTAL	8.708.857	7.480.904						
Custos de captação (*)	(21.247)	(16.308)						
Custos de captação	(32.319)	(37.131)						
Total dos custos de captação	(53.566)	(53.439)						
Marcação à mercado de dívida	283.335	99.809						
Total em moeda nacional	8.938.626	7.527.274						
Consolidado	8.938.626	7.527.274						

(*) Inclui o valor de R\$179.663 (R\$167.388 em 2018) referente ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

(**) Debêntures emitidas com garantias da controladora.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira até o exercício de 2018 o montante de R\$422.906. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu mais R\$627.823 de perdas com os títulos, registrados na demonstração do resultado do exercício na despesa financeira - Marcação a mercado derivativo.

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$17,78, enquanto estava negociada a R\$53,53/unit em 30 de dezembro de 2019. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Controladora:

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

Controladas:

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	889.641	2.295.793
2022	939.322	1.574.831
2023	-	891.870
2024	205.954	1.377.107
Após 2024	530.714	1.631.958
Total	2.565.631	7.771.559

Posição em 31 de dezembro de 2018 (Valores em R\$ mil)

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 6.242,1 milhões no final de dezembro de 2018, frente aos R\$ 3.171,6 milhões registrados em dezembro de 2017. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo no montante de R\$ 1.891,4 milhões em dezembro de 2018 e R\$ 353,3 milhões em dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 10.845,7 milhões, contra R\$ 7.202,0 milhões em dezembro de 2017 e R\$ 8.656,8 milhões em setembro de 2018. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 3,0 vezes em dezembro de 2017 para 2,7 vezes em dezembro de 2018.

Os quadros a seguir demonstram as dívidas consolidadas circulante e não circulante da Companhia e as disponibilidades financeiras (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante) nos últimos três exercícios:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures Valores em R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
A) Curto Prazo	2.176,02	1.999,60	1.592,50
Encargos de dívida	89	64	57,8
Empréstimos e financiamentos	1.560,4	1.609,50	1.260,10
Debêntures	526,6	326,1	274,6
B) Longo Prazo	13.611,88	6.954,90	6.069,20
Empréstimos e financiamentos	6.611,20	3.924,40	4.076,20
Debêntures	7.000,68	3.030,50	1.993,00
= Total de empréstimos, financiam. e debêntures	15.787,90	8.954,50	7.661,70
Disponibilidades Financeiras	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	706,74	921,5	797,2
Aplicações financeiras (circulante)	3538,73	1.759,00	1.765,20
Aplicações financeiras (não circulante)	105,24	137,8	138,5
= Total de Disponibilidades Financeiras	4.350,71	2.818,30	2.700,90
Total de empréstimos, financiam. e debêntures líquido das disponibilidades financeiras	11.437,19	6.136,20	4.960,80

A diretoria da Companhia entende que o custo médio da dívida e duration da Companhia se encontra em níveis adequados ao longo dos anos.

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora	Consolidado
---	--------------	-------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos - Moeda nacional	-	-	4.701.681	3.805.459
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	464.977	82.700	3.454.162	1.728.549
Encargos de dívidas - Moeda nacional	-	-	72.801	53.473
Encargos de dívidas - Moeda estrangeira	2.331	563	16.256	10.535
(-) custos a amortizar - Moeda nacional	-	-	(984)	(7.865)
(-) custos a amortizar - Moeda estrangeira	-	-	(2.606)	(3.663)
Marcação a mercado de dívidas	2.054	214	19.314	11.456
Total	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Circulante	158.008	83.477	1.649.423	1.673.496
Não Circulante	311.354	-	6.611.201	3.924.448

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Citibank (1)	-	83.263	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	18,77%	A
Resolução 4131 - Itau (1)	467.308	-	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	21,17%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.054	214	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	469.362	83.477					
Total Energisa S/A	469.362	83.477					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	10.802	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES I - ABC	2.759	8.299	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	8,92% a 10,82%	A
Repasse BNDES II - ABC	271	916	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	9,82% a 10,82%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	17.217	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	4.604	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.508	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	14.240	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	3.808	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.901	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES FINEM - Itau (1,5)	-	7.505	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	9,62% a 10,62%	A
FINAME - Itau BBA	10.926	13.650	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Parcelamento INERGUS	12.864	13.184	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	8,49%	F
Parcelamento INERGUS - Migração	127.118	-	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	9,53%	F
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	-	9.676	CDI + 1,65%	abr/18	Final	8,07%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	94.196	87.084	CDI + 1,65%	abr/19	Final	8,07%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(122)	(715)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	258.814	200.966					
Resolução 4131 - Itau BBA	-	105.389	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	20,62% a 21,66%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	326.955	254.053	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	abr/21	Final	20,19% a 21,63%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	134.004	41.396	Libor + 1,20% a 1,75% a.a.	jan/21	Final	20,67% a 21,22%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	43.146	-	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	20,29%	A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	14.031	-	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final	20,77%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(250)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	467	1.671	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	518.603	402.259					
Total Energisa Sergipe	777.417	603.225					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	43.927	61.362	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES FINEM - Itaú (1,5)	-	14.923	TJLP + 2,90% a 4,00% a.a.	dez/23	Mensal	9,62% a 10,72%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	34.884	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	9.441	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	7.205	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	25.941	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	7.021	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	5.358	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
FINAME - Itaú	20.163	25.283	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 10,00%	A
Parcelamento FUNASA	3.843	4.192	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	9,69%	-
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	-	6.988	CDI + 1,65%	abr/18	Final	8,07%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	68.030	62.894	CDI + 1,65%	abr/19	Final	8,07%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(240)	(1.119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	135.723	264.373					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	98.814	184.890	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	20,93%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	126.393	73.779	Libor + 0,73% a 2,16% a.a.	jan/21	Final	20,20% a 21,63%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	121.966	104.043	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	21,72%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	968	3.519	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	348.141	366.231					
Total Energisa Paraíba	483.864	630.604					
Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	10.798	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	1.446	2.892	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	6,00%	R
Subtransmissão - Eletrobrás	-	70	7,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	7,00%	R
Repasse BNDES I - Itaú BBA	978	1.439	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	11,47%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	551	715	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	3,82%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	408	600	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	12,67%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	622	922	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	-	20.997	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	-	12.219	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
FINAME - Itaú BBA	8.583	10.864	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	2,50% a 10,00%	A
FINAME - CEF (6)	-	2.116	8,70% a.a. (Pré)	nov/21	Mensal	8,70%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	14.581	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	dez/23	Mensal	9,62% a 10,62%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	110.067	110.082	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	7,74%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.426	-	CDI + 0,70%	set/19	Final	7,12%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(48)	(313)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	153.831	192.273					
Resolução 4131 - Itaú BBA	34.876	60.703	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré)	jun/20	Final	20,93% a 21,98%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	120.775	89.051	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	mai/21	Final	20,19% a 21,63%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	337	1.372	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	155.988	151.126					
Total Energisa Minas Gerais	309.819	343.399					
Energisa Nova Friburgo							
FIDC Grupo Energisa III	2.880	4.024	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	52	155	7,00% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	7,00%	-
Repasse BNDES I - Itaú	380	566	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	11,47%	A
Repasse BNDES II - Itaú	211	286	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,82%	A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
Repasse BNDES III - Itaú	158	236	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	12,67%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	251	377	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú (1,5)	-	2.040	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,82%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	-	1.036	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,53%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	-	4.466	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	-	2.685	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
FINAME - Itaú	901	1.115	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
BNDES Automático I - Itaú	-	725	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	11,37%	A
BNDES Automático II - Itaú	-	315	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	3,72%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	35.021	35.026	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,74%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(13)	(73)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	39.841	52.979					
Resolução 4131 - Itaú BBA III (1)	-	25.804	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	21,42%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	49.575	27.300	LIBOR + 0,65% a 1,62% a.a. (Pré)	set/22	Final	20,12% a 21,09%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	865	822	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	50.440	53.926					
Total Energisa Nova Friburgo	90.281	106.905					

Energisa Borborema							
FIDC Grupo Energisa III	3.601	5.030	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES I - BNB	-	2.565	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	3,97%	A
Repasse BNDES II - BNB	-	7.233	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	10,62%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	2.630	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.187	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	1.909	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,06%	A
FINAME - Itaú BBA	1.880	2.351	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	-	1.077	CDI + 1,65%	abr/18	Mensal	8,07%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	10.488	9.696	CDI + 1,65%	mar/19	Mensal	8,07%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	4.085	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,82%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	2.194	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,53%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	40.024	40.030	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	7,74%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.426	-	CDI + 0,70%	set/19	Final	7,12%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(21)	(133)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	76.398	83.867					
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	20.624	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	21,98%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	23.906	20.370	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	20,44%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	163	327					
Total em Moeda Estrangeira	24.069	41.321					
Total Energisa Borborema	100.467	125.188					

Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.307	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.240	483.452	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%	R
CCB - Santander (1)	5.363	16.093	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%	R + A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	93.102	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	85.858	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Nota Promissória 1ª Emissão (1)	-	252.778	105,5% CDI	out/18	Final	6,77%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	517.965	200.149	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,67% a 7,74%	A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(2.755)					
Total em Moeda Nacional	1.359.875	1.603.615					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	205.940	93.576	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	20,67% a 21,07%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	55.688	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	55.678	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	123.546	---	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	20,29%	A
BBM Loan - 4131 (1)	73.707	-	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	20,52%	A
J P MORGAN Loan (1)	103.664	-	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	20,52%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(766)	(1.006)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.650	1.886					
Total em Moeda Estrangeira	622.107	189.499					
Total Energisa Mato Grosso	1.981.982	1.793.114					

Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.414	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.504	220.602	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	41.942	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	37.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	29.287	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	25.838	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(1.091)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	511.918	645.005					
Loan Citi - 4131 (1)	56.189	47.898	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	21,17%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	56.152	47.877	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	21,27%	A
Loan Citi - 4131 (1)	66.525	-	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	20,30%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(757)	(988)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.573	(57)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	179.682	94.730					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	691.600	739.735					

Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	13.027	18.324	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	R
Luz para Todos II - Eletrobrás	18.706	41.153	SELIC	out/19	Mensal	6,43%	R
CCB - Santander (1)	13.909	41.742	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%	R
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	65.697	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	28.856	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	47.462	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	20.848	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão (1)	315.566	151.667	105,50% a 110,0% CDI	set/19	Final	6,77% a 7,06%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(540)	(1.661)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	360.668	414.088					
Resolução 4131 - Itaú (1)	201.514	163.159	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	21,48%	R
Loan Citi - 4131 (1)	43.660	37.207	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	21,17%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	43.624	37.187	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	21,27%	A
Merrill Lynch Loan	121.160	-	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	20,67%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(717)	(939)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.355	1.469	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	412.596	238.083					
Total Energisa Tocantins	773.264	652.171					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
Energisa Sul Sudeste							
CCB - Santander (1)	1.425	4.275	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%	R + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	-	43.812	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	-	29.111	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Nota Promissória - SAFRA (1)	10.615	10.903	CDI + 1,65%	fev/19	Final	8,07%	A
Total em Moeda Nacional	12.040	88.101					
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	25.804	4,29%a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	21,42%	A
Loan Citi - 4131 (1)	26.607	22.706	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	26.605	22.703	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%	A
Banco BBM 55722 Operação 4131	-	21.398	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	19,89%	A
Merrill lynch Loan (1)	116.332	-	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	20,57%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	62.383	-	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	20,74%	A
Merrill lynch Loan (1)	76.653	-	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	20,67%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(366)	(480)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.436	(8)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	312.650	92.123					
Total Energisa Sul Sudeste	324.690	180.224					
Energisa Rondônia							
CCEE - Eletrobrás	620.757	-	111,0% SELIC	out/22	Mensal	7,14%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	16.245	-	8,50% a.a pré	jun/21	Mensal	8,50%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	12.744	-	7,00% a.a pré	dez/26	Mensal	7,00%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	21.149	-	6,00% a.a pré	nov/25	Mensal	6,00%	R
Eletrobrás Recursos Ordinários	297.821	-	119,50% CDI + 0,5%	dez/24	Mensal	8,18%	R
Eletrobrás Recursos Ordinários	2.853	-	Selic + 0,50%	out/18	Mensal	6,93%	R
Total em Moeda Nacional	971.569	-					
Total Energisa Rondônia	971.569	-					
Energisa Acre							
CCEE - Eletrobrás	205.019	-	111,0% SELIC	jun/22	Mensal	7,14%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	218	-	6,00% a.a pré	set/24	Mensal	6,00%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	82.423	-	6,90% a.a pré	fev/20	Mensal	6,90%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	16.679	-	6,40% a.a pré	dez/17	Mensal	6,40%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	634	-	7,00% a.a pré	fev/19	Mensal	7,00%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	86.074	-	8,19% a.a pré	jul/22	Mensal	8,19%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	103.855	-	7,85% a.a pré	jul/22	Mensal	7,85%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	88.961	-	IPCA + 8,43% a.a	jun/21	Mensal	12,18%	R
Total em Moeda Nacional	583.863	-					
Merrill lynch Loan (1)	351.794	-	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	13,23%	R + A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	703	-					
Total em Moeda Estrangeira	352.497	-					
Total Energisa Acre	936.360	-					
Energisa Soluções							
FINEP -	-	1.026	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	8,00%	A
FINAME - Itaú BBA	2.191	2.608	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(5)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	2.191	3.629					
Total Energisa Soluções	2.191	3.629					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	2.915	3.919	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	6,00%	A
FINAME - Itaú BBA	1.234	1.494	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	11,57% a 11,63%	A
FINAME - Itaú BBA	3.329	3.794	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a	abr/22	Mensal	11,52% a 11,59%	A
Total em Moeda Nacional	7.478	9.207					
Total Energisa Soluções Construções	7.478	9.207					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
Energisa Comercializadora							
ITAU BBA - 4131 ECOM N° AGE923670	-	33.861	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	21,98%	-
SANTANDER - 4131	40.545	-	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	21,72%	-
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	446	241					
Total em Moeda Estrangeira	40.991	34.102					
Total Energisa Comercializadora	40.991	34.102					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	5.326	4.925	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - BNB	11.741	10.859	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Total em Moeda Nacional	17.067	15.784					
Total Rede Energia S.A.	17.067	15.784					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	278.125	273.391	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	4,00%	-
Total em Moeda Nacional	278.125	273.391					
Total Denerge	278.125	273.391					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	4.097	3.789	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%	-
Total em Moeda Nacional	4.097	3.789					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.097	3.789					
Em Moeda Nacional	4.773.498	3.851.067					
Em Moeda Estrangeira	3.487.126	1.746.877					
Energisa Consolidada	8.260.624	5.597.944					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis

- (5) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (6) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option".
- (7) A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Até 31 de dezembro de 2018 o montante liberado para o financiamento foi de R\$922.221 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	143.798

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	96.970
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	49.754
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	36.264
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	78.666
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	10.541
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	7.724
Total	922.221

Em 08 de fevereiro e 28 de março de 2018 foram liquidados antecipadamente os contratos conforme quadro abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	283.344
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	126.388
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	153.839
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	84.723
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	43.652
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	31.293
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	71.753
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	9.583
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	6.737
Total	811.312

Em 15 de maio de 2018 as controladas diretas efetuaram liquidação antecipada junto ao Banco Itaú no valor total de R\$42.551, conforme quadro abaixo.

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	13.516
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	6.426
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	13.568
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	6.025
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	3.016
Total	42.551

Em 15 de Maio de 2018 a EMG efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$13.568

Em 09 de Abril de 2018 a controlada indireta ESS captou junto ao Bank Of América N.A., R\$100.000 em moeda estrangeira com vencimento em 09/04/2020, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, o montante captado, destinou-se a liquidação antecipada de dívida e gestão de caixa da companhia. Em 30 de maio de 2018 a controlada indireta ETO captou junto ao Banco Itaú, R\$192.614 em moeda estrangeira com vencimento em 30/05/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, destinado ao pagamento de dividendos e dívida.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$99.734 (R\$147.271 em 2017), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos.

Os financiamentos obtidos junto ao Fname estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Moeda/indicadores	2018	2017
US\$ x R\$	17,13%	1,50%
TJLP	6,72%	7,12%
SELIC	6,43%	9,85%
CDI	6,42%	9,94%
IPCA	3,75%	2,95%
IGP-M	7,55%	-0,53%
LIBOR	2,34%	1,30%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	0,00%	0,60%
IPC-FIPE	2,99%	2,26%
Euro	11,83%	0,00%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	155.677	1.663.751
2021	155.677	2.362.578
2022	-	735.210
2023	-	291.272
Após 2023	-	1.558.390
Total	311.354	6.611.201

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 2017 e 2016	83.477	162.893	5.597.944	5.394.110
Saldo de Aquisição	-	-	1.566.390	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	436.800	-	3.126.932	1.790.920
Custos Apropriados	-	-	(2.225)	(5.336)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	47.393	3.591	791.919	443.507
Marcação Mercado da Dívida	1.840	844	8.560	(14.117)
Pagamento de principal	(87.443)	(79.618)	(2.469.370)	(1.638.458)
Pagamento de juros	(12.705)	(4.233)	(359.526)	(372.682)
Saldo em 2018 e 2017	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Circulante	158.008	83.477	1.649.423	1.673.496
Não circulante	311.354	-	6.611.201	3.924.448

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Empresas	Contratos	2019	2020	2021 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	24	-	49
	Banco ABC Repasse BNDES	3	-	-	3
	Banco SAFRA	70	-	-	70
		98	24	-	122
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	97	97	-	194
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	46	-	-	46
		143	97	-	240
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	24	-	48
		24	24	-	48
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	7	6	-	13
		7	6	-	13
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	7	-	15
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	6	-	-	6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		14	7	-	21
ETO	Banco Santander	13	-	-	13
	Banco Citibank	189	189	268	646
	Banco Citibank - EDC	21	21	29	71
	Nota promissória 3ª Emissão	527	-	-	527
		750	210	297	1.257
ESS	Banco Citibank	94	94	141	329
	Banco Citibank - EDC	10	10	17	37
		104	104	158	366
EMT	LOAN Citibank	197	197	296	690
	LOAN EDC	22	22	32	76
		219	219	328	766
EMS	Loan Citibank	199	199	283	681
	Banco Citibank - EDC	22	22	32	76
		221	221	315	757
TOTAL		1.580	912	1.098	3.591

Debêntures

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Debêntures - moeda nacional	3.383.121	2.771.141	7.480.904	3.382.727
(-) custos de captação incorridos na captação	(4.849)	(3.604)	(53.439)	(26.110)
Marcação à Mercado de Dívida	-	-	99.809	-
Total	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Circulante	492.103	241.939	526.593	326.147
Não Circulante	2.886.169	2.525.598	7.000.681	3.030.470

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
ESA								
5ª Emissão/2ª Série	196.685	352.643	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	14,45%
7ª Emissão/1ª Série	201.666	194.273	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	12,50%
7ª Emissão/2ª Série	201.666	194.274	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	12,50%
7ª Emissão/3ª Série	201.666	194.274	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	12,50%
7ª Emissão/4ª Série	202.687	195.259	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	14,00%
7ª Emissão/5ª Série	202.687	195.259	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	14,00%
7ª Emissão/6ª Série	202.687	195.259	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	14,00%
8ª Emissão/1ª Série	214.211	205.291	19/07/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,35%
8ª Emissão/2ª Série	192.317	184.299	19/07/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	9,41%
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	65.142	62.623	31/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	8,24%
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	12.147	11.676	31/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	8,46%
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	22.622	21.742	31/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	8,86%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	765.721	764.268	31/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,92%
10ª Emissão	701.217	-	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	7,52%
(-) custos de captação	(4.849)	(3.604)	-	-	-	-	-	-
Total ESA	3.378.272	2.767.536						
ESE								
3ª Emissão	-	24.316	30/10/13	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	7,42%
6ª Emissão	65.654	-	19/10/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(1.124)	-						
Total ESE	64.530	24.316						
EPB								
Debentures 4ª Emissão	184.844	-	07/03/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	7,42%
Debentures 5ª Emissão	136.359	-	19/10/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(3.302)	-						
EPB	317.901	-						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	51.089	47.253	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	51.089	47.253						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	305.689	306.200	19/07/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	6,90%
Debentures 10ª Emissão	154.008	-	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	7,37%
				155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
Debentures 11ª Emissão	156.560	-	19/10/18	155.000	-	-	-	-
(-) custos de captação	(3.497)	(923)						
Total EMS	612.760	305.277						
EMT								
Debentures 5ª Emissão	-	233.818	15/05/14	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	8,70%
Debentures 8ª Emissão	482.824	-	07/03/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	7,52%
				385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
Debentures 9ª Emissão	388.874	-	19/10/18	385.000	-	-	-	-
(-) custos de captação	(10.912)	(1.071)						
Total EMT	860.786	232.747						
EMG								
Debentures 10ª Emissão	50.503	-	19/10/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(1.185)	-						
Total EMG	49.318	-						
ETO								
Debentures 4ª Emissão	242.415	-	19/10/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(5.443)	-						
Total ETO	236.972	-						
ESS								
Debentures 4ª Emissão	70.704	-	19/10/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(1.672)	-						
Total ESS	69.032	-						
ETE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	75.512	-	27/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	8,67%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	51.471	-	27/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	8,89%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	123.058	-	27/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	8,73%
(-) custos de captação	(47)	-						
Total ETE	249.994	-						

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
ERD								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	1.558.219	-	15/12/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	8,07%
(-) custos de captação	(5.100)	-						
Total ERD	1.553.119	-						
Total	7.480.904	3.382.727						
(-) custos de captação (*)	(16.308)	(20.512)	-	-	-	-	-	-
(-) custos de captação	(37.131)	(5.598)	-	-	-	-	-	-
Total dos custos de captação	(53.439)	(26.110)						
(-) Marcação à Mercado de Dívida	99.809	-						
Total em moeda nacional	7.527.274	3.356.617						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IAS39/CPC38 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira do exercício no montante de R\$272.906 (R\$150.000 em 2017), totalizando R\$422.906, na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$18,25 (31/12/2017), enquanto estava negociada a R\$27,30/unit na mesma data. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. Apesar dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2018, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	874.602	1.007.922
2021	875.298	2.283.784
2022	915.159	1.536.454
2023	-	861.356
Após 2023	221.110	1.311.165
Total	2.886.169	7.000.681

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos em 2017 e 2016	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Novas debêntures emitidas	700.000	1.224.946	4.395.217	1.524.946
Custos Apropriados	(3.069)	-	(37.464)	(22.794)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	316.205	209.323	427.827	293.566
Marcação Mercado da Dívida	-	-	99.809	-
Pagamento de principal	(158.424)	(51.594)	(415.589)	(192.074)
Recompra de debêntures	-	-	-	(293.707)
Pagamento de juros	(243.977)	(148.605)	(299.143)	(220.933)
Saldos em 2018 e 2017	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Circulante	492.103	241.939	526.593	326.147
Não circulante	2.886.169	2.525.598	7.000.681	3.030.470

Posição em 31 de dezembro de 2017 (Valores em R\$ mil):

A Companhia e suas controladas celebraram diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, a ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R\$ milhões	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	2.207,8	1.867,7
Empréstimos e financiamentos	1.609,5	1.260,1
Debêntures	326,1	274,6
Encargos de dívidas	64,0	57,8
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	56,7	62,4
Taxas regulamentares	58,6	58,6
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	117,0	131,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(24,1)	23,0
Não Circulante	8.165,8	6.922,0
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	3.924,4	4.076,2
Debêntures	3.030,5	1.993,0
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	476,2	334,2
Taxas regulamentares	38,3	95,7
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	78,0	195,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	618,4	227,8
Total das dívidas	10.373,6	8.789,7
(-) Disponibilidades financeiras	2.818,3	2.701,0
Total das dívidas líquidas	7.555,3	6.088,7
(-) Créditos CDE	237,9	155,0
(-) Créditos CCC	30,4	24,6
(-) Créditos CVA	85,0	(112,4)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	7.202,0	6.021,5
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	3,0	2,9

1. EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses).

O aumento nos empréstimos, financiamentos e debêntures reflete captações realizadas ao longo de 2017 para capital de giro e para o programa de investimentos do Grupo Energisa, principalmente nas empresas que entrarão no 4º ciclo de revisão tarifária em abril de 2018 (EMT, EMS e ESE).

A elevação da rubrica de benefícios a empregados foi influenciada, especialmente, pelo reconhecimento atuarial de R\$ 69,1 milhões do custeio do plano de saúde e da sinistralidade das apólices referentes a esses planos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, em dezembro de 2017, os instrumentos financeiros derivativos líquidos foram impactados pelo efeito da marcação a mercado da opção de conversão das debêntures da 7ª emissão da Energisa S/A, em R\$ 150 milhões, e pela atualização financeira da put da EEVP contra o BNDESPar, em R\$ 182 milhões.

Debêntures

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados são:

Descrição (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debentures - moeda nacional	2.771.141	1.538.294	3.382.727	2.275.826
(-) custos de captação incorridos na captação	(3.604)	(4.827)	(26.110)	(8.213)
Total	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Circulante	241.939	110.780	326.147	274.588
Não Circulante	2.525.598	1.422.687	3.030.470	1.993.025

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	166.191	242.127
2020	627.602	802.367
2021	627.965	752.251
2022	890.835	976.980
Após 2022	213.005	256.745
Total	2.525.598	3.030.470

10.1.g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em dezembro de 2019, não existiam valores contratados ainda não liberados.

10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os exercícios de 2019 e 2018, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	19.903.135	100,0	15.787.581	100,0	26,1
Custo do serviço de energia elétrica	(10.889.857)	(54,7)	(9.241.819)	(58,5)	17,8
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(5.761.884)	(28,9)	(4.040.884)	(25,6)	42,6
Lucro bruto	3.251.394	16,3	2.504.878	15,9	29,8
Despesas gerais e administrativas	(930.617)	(4,7)	(734.548)	(4,7)	26,7
Outras receitas	179.900	0,9	1.288.500	8,2	(86,0)
Outras despesas	(158.633)	(0,8)	(190.949)	(1,2)	(16,9)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	2.342.044	11,8	2.867.881	18,2	(18,3)
Receitas financeiras	910.603	4,6	534.999	3,4	70,2
Despesas financeira	(2.271.009)	(11,4)	(1.485.495)	(9,4)	52,9
Despesas financeiras líquidas	(1.360.406)	(6,8)	(950.496)	(6,0)	43,1
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	981.638	4,9	1.917.385	12,1	(48,8)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(357.709)	(1,8)	1.795.900	11,4	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(96.771)	(0,5)	(2.533.613)	(16,0)	(96,2)
Resultado de operações continuadas	527.158	2,6	1.179.672	7,5	(55,3)
Lucro líquido do exercício	527.158	2,6	1.179.672	7,5	(55,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 19.903,1 milhões em 2019, contra R\$ 15.787,6 milhões em 2018, representando aumento de 26,1%. Esse aumento decorre, principalmente, da melhoria de R\$ 143,7 milhões na parcela B das distribuidoras, resultante dos reajustes/revisões tarifárias e do crescimento de mercado, e da aquisição da Energisa Rondônia e Energisa Acre.

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros

O custo do serviço de energia elétrica e serviços prestados a terceiros foi de R\$ 16.651,7 milhões em 2019, contra R\$ 13.282,7 milhões em 2018, representando aumento de 25,4%. Esse desempenho decorre principalmente do aumento da energia comprada e das despesas com pessoal e benefício pós-emprego.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2018 apresentou aumento de 29,8%, para R\$ 3.251,4 milhões, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos Custos do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros e das aquisições da Energisa Rondônia e Energisa Acre.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

Em 2019, o resultado financeiro apresentou despesa financeira líquida de R\$ 1.360,4 milhões, ante R\$ 950,5 milhões em 2018, incremento de 43,1% (R\$ 409,9 milhões). Resultado impactado pelo aumento nas despesas financeiras, devido ao crescimento na Marcação a Mercado de Derivativos e de Dívida, em função da contabilização da opção de conversibilidade do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A (1ª, 2ª e 3ª séries) e pelo aumento no pagamento de juros, dado o maior endividamento da companhia;

Lucro Líquido

Em 2019, esse valor foi de R\$ 527,2 milhões, 55,3% (R\$ 652,5 milhões) abaixo de 2018, em função da contabilização da combinação de negócios relacionada às distribuidoras adquiridas: Energisa Rondônia e Energisa Acre.

O lucro líquido foi afetado positivamente pelo aumento na receita operacional superior aos custos para prestação do serviço, e negativamente pelo registro contábil da marcação a mercado do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A no valor de R\$ 144,2 milhões.

Comparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Ativo)

Valores em R\$ mil	Consolidado				
	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	663.103	1,7	706.738	1,9	(6,2)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.016.399	5,1	3.538.730	9,7	(43,0)
Clientes, consumidores e concessionárias	3.783.469	9,6	3.041.247	8,4	24,4
Títulos de créditos a receber	16.116	-	20.031	0,1	(19,5)
Estoques	122.975	0,3	70.749	0,2	73,8
Tributos a recuperar	1.021.209	2,6	925.676	2,5	10,3
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	186.303	0,5	49.171	0,1	278,9
Ativos financeiros setoriais	1.175.623	3,0	1.763.567	4,8	(33,3)
Outros créditos	873.156	2,2	921.242	2,5	(5,2)
Total do circulante	9.858.353	25,1	11.037.151	30,3	(10,7)
Não circulante					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	356.795	0,9	105.242	0,3	239,0
Clientes, consumidores e concessionárias	1.050.572	2,7	948.933	2,6	10,7
Títulos de créditos a receber	10.457	-	15.106	-	(30,8)
Ativos financeiros setoriais	913.347	2,3	1.064.247	2,9	(14,2)
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	1.022.230	2,6	267.447	0,7	282,2
Créditos tributários	1.449.351	3,7	1.374.384	3,8	5,5
Depósitos e cauções vinculados	576.694	1,5	495.947	1,4	16,3
Instrumentos financeiros derivativos	1.004.467	2,6	518.518	1,4	93,7
Ativo financeiro indenizável da concessão	5.130.960	13,0	5.301.409	14,6	(3,2)
Concessão do serviço público- ativo de contrato	957.074	2,4	213.866	0,6	347,5
Outros créditos	308.380	0,8	244.343	0,7	26,2
	12.780.327	32,5	10.549.442	29,0	21,1
Investimentos	86.730	0,2	52.184	0,1	66,2
Imobilizado	284.567	0,7	209.612	0,6	35,8
Intangível	14.840.924	37,7	13.232.308	36,3	12,2
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	1.468.913	3,7	1.337.311	3,7	9,8
Total do não circulante	29.461.461	74,9	25.380.857	69,7	16,1
Total do ativo	39.319.814	100,0	36.418.008	100,0	8,0

ATIVO**Circulante**

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 2.016,4 milhões, contra R\$ 3.538,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, queda de 43,0%.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 3.538,7 milhões, contra R\$ 1.759,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, aumento de 101,2%, em face dos recursos captados.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.759,0 milhões, contra R\$ 1.765,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, em patamar muito próximo.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica atingiu R\$ 3.783,5 milhões, o que representa aumento de 24,4% em comparação com 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorre basicamente do aumento das receitas operacionais e das aquisições da Energisa Rondônia e Energisa Acre, visto que a taxa de arrecadação apresentou uma leve melhora, impulsionada principalmente pelas distribuidoras recém adquiridas.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica atingiu R\$ 3.041,2 milhões, o que representa aumento de 35,4% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorre basicamente do aumento das receitas operacionais e das aquisições da Energisa Rondônia e Energisa Acre, visto que a taxa de arrecadação se manteve praticamente no mesmo patamar.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica atingiu R\$ 2.246,2 milhões, o que representa aumento de 12,8% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente do aumento das receitas operacionais, visto que a taxa de arrecadação se manteve praticamente no mesmo patamar.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 186,3 milhões, o que representa aumento de 278,9% em comparação com 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2018 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 49,2 milhões, o que representa redução de 44,0% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 87,8 milhões, o que representa redução de 24,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

ATIVO

Não Circulante

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2019 os títulos mantidos até o vencimento atingiram R\$ 356,8 milhões, o que representa crescimento de 239,0% em comparação com 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2018 os títulos mantidos até o vencimento atingiram R\$ 105,2 milhões, o que representa uma redução de 23,6% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o circulante em função dos seus vencimentos.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2017 os títulos mantidos até o vencimento atingiram R\$ 137,8 milhões, praticamente no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2016.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 1.004,5 milhões, o que representa aumento de 93,7%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2018 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 518,5 milhões, o que representa aumento de 472,1%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 90,6 milhões, o que representa redução de 35,7%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2019 esses ativos atingiram R\$ 6.088,0 milhões, contra R\$ 5.515,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representa aumento de 10,4%.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2018 esses ativos atingiram R\$ 5.515,3 milhões, contra R\$ 4.420,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa aumento de 24,8%.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2017 esses ativos atingiram R\$ 4.420,7 milhões, contra R\$ 3.484,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representa aumento de 26,9%.

Contas a receber da concessão: com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 284,6 milhões, o que representa um aumento de 35,8% em comparação com 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 209,6 milhões, o que representa um aumento de 17,7% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 178,1 milhões, o que representa um aumento de 25,1% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ mil	Consolidado				
	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	1.988.149	5,1	1.653.312	4,5	20,3
Encargos de dívidas	70.813	0,2	89.057	0,2	(20,5)
Empréstimos e financiamentos	1.342.978	3,4	1.560.366	4,3	(13,9)
Debêntures	1.167.067	3,0	526.593	1,4	121,6
Impostos e contribuições sociais	640.023	1,6	546.841	1,5	17,0
Parcelamento de impostos	17.555	-	31.881	0,1	(44,9)
Dividendos a pagar	127.582	0,3	294.605	0,8	(56,7)
Obrigações estimadas	106.114	0,3	95.755	0,3	10,8
Taxa de iluminação pública	105.010	0,3	106.475	0,3	(1,4)
Benefícios pós-emprego	72.416	0,2	63.190	0,2	14,6
Encargos setoriais	245.903	0,6	292.898	0,8	(16,0)
Passivos financeiros setoriais	659.380	1,7	871.502	2,4	(24,3)
Taxas regulamentares	-	-	39.494	0,1	-
Instrumentos financeiros derivativos	466.128	1,2	691.352	1,9	(32,6)
Incorporação de redes	48.239	0,1	93.708	0,3	(48,5)
Arrendamentos operacionais	22.407	0,1	-	-	-
Outros passivos	454.613	1,2	580.805	1,6	(21,7)
Total do circulante	7.534.377	19,2	7.537.834	20,7	-
Não circulante					
Fornecedores	100.025	0,3	75.302	0,2	32,8
Empréstimos e financiamentos	6.836.190	17,4	6.611.201	18,2	3,4
Debêntures	7.771.559	19,8	7.000.681	19,2	11,0
Instrumentos financeiros derivativos	906.341	2,3	428.333	1,2	111,6
Impostos e contribuições sociais	472.923	1,2	400.123	1,1	18,2
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.463.107	11,4	4.358.684	12,0	2,4
Parcelamento de impostos	33.412	0,1	44.956	0,1	(25,7)
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.169.725	5,5	2.393.125	6,6	(9,3)
Benefícios pós-emprego	678.297	1,7	490.258	1,3	38,4
Passivos financeiros setoriais	360.048	0,9	366.928	1,0	(1,9)
Encargos setoriais	240.741	0,6	272.675	0,7	(11,7)
Incorporação de redes	150.283	0,4	166.437	0,5	(9,7)
Arrendamentos operacionais	30.061	0,1	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	658.796	1,7	-	-	-
Outros passivos	451.709	1,1	223.943	0,6	101,7
Total do não circulante	25.323.217	64,4	22.832.646	62,7	10,9
Patrimônio líquido					
Capital social	3.363.685	8,6	3.363.685	9,2	-
Custo com emissão de ações	(65.723)	(0,2)	(65.723)	(0,2)	-
Reserva de capital	413.246	1,1	260.452	0,7	58,7
Reserva de lucros	2.290.754	5,8	2.047.953	5,6	11,9
Dividendos adicionais propostos	41.298	0,1	5.346	-	672,5
Outros resultados abrangentes	(345.002)	(0,9)	(223.572)	(0,6)	54,3
	5.698.258	14,5	5.388.141	14,8	5,8
Participação de acionistas não controladores	763.962	1,9	659.387	1,8	15,9
Total do patrimônio líquido	6.462.220	16,4	6.047.528	16,6	6,9
Total do passivo e patrimônio líquido	39.319.814	100,0	36.418.008	100,0	8,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.343,0 milhões, o que representa redução de 13,9% em relação a 31 de dezembro de 2018. A redução no saldo decorre, basicamente, de amortizações de financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.560,4 milhões, o que representa redução de 3,1% em relação a 31 de dezembro de 2017. A redução no saldo decorre, basicamente, de amortizações de financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.609,5 milhões, o que representa aumento de 27,7% em relação a 31 de dezembro de 2016. O aumento no saldo decorre, basicamente, dos financiamentos captados e vencimentos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.167,1 milhões, o que representa aumento de 121,6% em relação a 31 de dezembro de 2018. A variação no saldo decorre basicamente das novas emissões de debêntures realizadas.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 526,6 milhões, o que representa aumento de 61,5% em relação a 31 de dezembro de 2017. A variação no saldo decorre basicamente das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 326,1 milhões, o que representa aumento de 18,8% em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo decorre basicamente das emissões de debêntures.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 6.836,2 milhões, o que representa aumento de 3,4% em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorre aumento na captação de empréstimos para investimentos, capital de giro e pagamento de dívidas mais caras.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 6.611,2 milhões, o que representa aumento de 68,5% em relação a 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorre de captações de empréstimos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 3.924,4 milhões, o que representa redução de 3,7% em relação a 31 de dezembro de 2016. Essa redução decorre de pagamentos de empréstimos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 7.771,6 milhões, o que representa aumento de 11,0% em relação a 31 de dezembro de 2018. A variação no saldo decorre das emissões de debêntures para realização de investimentos aproveitando momento positivo no mercado com taxa atrativas de emissão.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 7.000,7 milhões, o que representa aumento de 131,0% em relação a 31 de dezembro de 2017. A variação no saldo decorre das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 3.030,5 milhões, o que representa redução de 52,1% em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo decorre das emissões de debêntures.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2019, a conta era de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 2018), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 2018) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.822.033 em 2018) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.739.877 em 2018) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.473.249 (262.325.118 em 2018).

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2018, a conta Capital Social era de R\$ 3.363,7 milhões, o que representa um aumento de 20,3%, devido ao aumento de capital por subscrição particular.

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2017, a conta Capital Social era de R\$ 2.796,0 milhões, não tendo alteração em relação a 31 de dezembro de 2016.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2019, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 41,3 milhões, o que representa redução de 672,5% em relação ao exercício de 2018. Entretanto, o total de dividendos de 2019 (R\$ 194,5 milhões) é 49,8% menor ao valor destinado no exercício anterior.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2018, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 5,3 milhões, o que representa redução de 93,6% em relação ao exercício de 2017. Entretanto, o total de dividendos de 2018 (R\$ 387,2 milhões) é 43,5% maior ao valor destinado no exercício anterior.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2017, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 84,1 milhões, o que representa redução de 3,5% em relação ao exercício de 2016. Entretanto, o total de dividendos de 2017 (R\$ 269,8 milhões) é 94,5% maior ao valor destinado no exercício anterior.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores em R\$ mil	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	15.787.581	100,0	13.637.154	100,0	15,8
Custo do serviço de energia elétrica	(9.241.819)	(58,5)	(7.955.394)	(58,3)	16,2
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(4.040.884)	(25,6)	(3.793.834)	(27,8)	6,5
Lucro bruto	2.504.878	15,9	1.887.926	13,8	32,7
Despesas gerais e administrativas	(734.548)	(4,7)	(593.193)	(4,3)	23,8
Outras receitas	1.288.500	8,2	96.759	0,7	1.231,7
Outras despesas	(190.949)	(1,2)	(146.599)	(1,1)	30,3
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	2.867.881	18,2	1.244.893	9,1	130,4
Receitas financeiras	534.999	3,4	783.713	5,7	(31,7)
Despesas financeira	(1.485.495)	(9,4)	(1.421.716)	(10,4)	4,5
Despesas financeiras líquidas	(950.496)	(6,0)	(638.003)	(4,7)	49,0
Lucro antes dos impostos	1.917.385	12,1	606.890	4,5	215,9
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.795.900	11,4	(150.891)	(1,1)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.533.613)	(16,0)	116.583	0,9	-
Resultado de operações continuadas	1.179.672	7,5	572.582	4,2	106,0
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	1.179.672	7,5	572.582	4,2	106,0

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 15.787,6 milhões em 2018, contra R\$ 13.637,2 milhões em 2017, representando aumento de 15,8%. Este resultado decorre principalmente do aumento das vendas de energia e da aquisição da Energisa Rondônia e Energisa Acre.

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros

O custo do serviço de energia elétrica e serviços prestados a terceiros foi de R\$ 13.282,7 milhões em 2018, contra R\$ 11.749,2 milhões em 2017, representando aumento de 13,1%. Esse desempenho decorre principalmente do aumento da energia comprada.

Resultado Bruto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado bruto consolidado em 2018 apresentou aumento de 32,7%, para R\$ 2.504,9 milhões, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos Custos do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros e das aquisições da Energisa Rondônia e Energisa Acre.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

Em 2018, o resultado financeiro aumentou 49,0%, principalmente em função do aumento dos financiamentos captados.

Lucro Líquido

Em 2018, a Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 1.179,7 milhões, contra R\$ 572,6 milhões em 2017. Vale mencionar que o lucro consolidado contábil de 2018 foi afetado por dois efeitos exógenos significativos, relacionados a aquisição da Energisa Rondônia e Energisa Acre:

i) R\$ 891,2 milhões referentes à contabilização da combinação de negócios relacionada às distribuidoras adquiridas; e

ii) R\$ 195,2 milhões relacionados à reversão de ativo fiscal constituído no 4T17, devido a mudança temporária da perspectiva de geração de resultado fiscal da controladora Energisa S/A, em razão do incremento da alavancagem da controladora perante as aquisições de Energisa Rondônia e Energisa Acre.

Comparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Ativo)

Valores em R\$ mil	Consolidado				
	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	706.738	1,9	921.481	4,2	(23,3)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	3.538.730	9,7	1.758.953	8,0	101,2
Clientes, consumidores e concessionárias	3.041.247	8,4	2.246.232	10,2	35,4
Títulos de créditos a receber	20.031	0,1	19.940	0,1	0,5
Estoques	70.749	0,2	57.039	0,3	24,0
Tributos a recuperar	925.676	2,5	575.826	2,6	60,8
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	49.171	0,1	87.782	0,4	(44,0)
Ativos financeiros setoriais	1.763.567	4,8	729.368	3,3	141,8
Outros créditos	921.242	2,5	702.103	3,2	31,2
Total do circulante	11.037.151	30,3	7.098.724	32,2	55,5
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	105.242	0,3	137.837	0,6	(23,6)
Clientes, consumidores e concessionárias	948.933	2,6	472.789	2,1	100,7
Títulos de créditos a receber	15.106	-	23.906	0,1	(36,8)
Ativos financeiros setoriais	1.064.247	2,9	384.656	1,7	176,7
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	267.447	0,7	223.424	1,0	19,7
Créditos tributários	1.374.384	3,8	1.400.036	6,3	(1,8)
Depósitos e cauções vinculados	495.947	1,4	249.138	1,1	99,1
Instrumentos financeiros derivativos	518.518	1,4	90.635	0,4	472,1
Ativo financeiro indenizável da concessão	5.515.275	15,1	4.420.666	20,0	24,8
Outros créditos	244.343	0,7	175.551	0,8	39,2
	10.549.442	29,0	7.578.638	34,4	39,2
Investimentos	52.184	0,1	49.177	0,2	6,1
Imobilizado	209.612	0,6	178.136	0,8	17,7
Intangível	13.232.308	36,3	7.143.681	32,4	85,2
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	1.337.311	3,7	-	-	-
Total do não circulante	25.380.857	69,7	14.949.632	67,8	69,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do ativo

36.418.008	100,0	22.048.356	100,0	65,2

ATIVO**Circulante**

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 3.538,7 milhões, contra R\$ 1.759,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, aumento de 101,2%, em face dos recursos captados.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.759,0 milhões, contra R\$ 1.765,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, em patamar muito próximo.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.765,2 milhões, contra R\$ 719,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 145,5%. Este aumento decorre basicamente da oferta pública de ações (Units) realizada em agosto de 2016, no montante de R\$ 1.536,0 milhões.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica atingiu R\$ 3.041,2 milhões, o que representa aumento de 35,4% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorre basicamente do aumento das receitas operacionais e das aquisições da Energisa Rondônia e Energisa Acre, visto que a taxa de arrecadação se manteve praticamente no mesmo patamar.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica atingiu R\$ 2.246,2 milhões, o que representa aumento de 12,8% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente do aumento das receitas operacionais, visto que a taxa de arrecadação se manteve praticamente no mesmo patamar.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica atingiu R\$ 1.990,8 milhões, o que representa uma redução de 3,1% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Esta variação decorre basicamente dos esforços de melhoria na taxa de arrecadação.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2018 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 49,2 milhões, o que representa redução de 44,0% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 87,8 milhões, o que representa redução de 24,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 117,0 milhões, o que representa uma redução de 0,7% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

ATIVO**Não Circulante**

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2018 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 105,2 milhões, o que representa uma redução de 23,6% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o circulante em função dos seus vencimentos.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2017 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 137,8 milhões, praticamente no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2016.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2016 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 138,5 milhões, o que representa um aumento de 42,7% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Essa variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2018 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 518,5 milhões, o que representa aumento de 472,1%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 90,6 milhões, o que representa redução de 35,7%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 141,0 milhões, o que representa redução de 61,9%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2018 esses ativos atingiram R\$ 5.515,3 milhões, contra R\$ 4.420,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representa aumento de 24,8%.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2017 esses ativos atingiram R\$ 4.420,7 milhões, contra R\$ 3.484,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representa aumento de 26,9%.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2016 esses ativos atingiram R\$ 3.484,8 milhões, contra R\$ 2.858,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 21,9%.

Contas a receber da concessão: com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 209,6 milhões, o que representa um aumento de 17,7% em comparação com 31 de dezembro de 2017. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 178,1 milhões, o que representa um aumento de 25,1% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 142,4 milhões, o que representa um aumento de 24,1% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

Valores em R\$ mil	Consolidado				
	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	1.653.312	4,5	1.418.407	6,4	16,6
Encargos de dívidas	89.057	0,2	64.008	0,3	39,1
Empréstimos e financiamentos	1.560.366	4,3	1.609.488	7,3	(3,1)
Debêntures	526.593	1,4	326.147	1,5	61,5
Impostos e contribuições sociais	546.841	1,5	496.763	2,3	10,1
Parcelamento de impostos	31.881	0,1	10.157	-	213,9
Dividendos a pagar	294.605	0,8	100.832	0,5	192,2
Obrigações estimadas	95.755	0,3	84.202	0,4	13,7
Taxa de iluminação pública	106.475	0,3	63.327	0,3	68,1
Benefícios pós-emprego	63.190	0,2	46.583	0,2	35,7
Encargos setoriais	292.898	0,8	289.867	1,3	1,0
Passivos financeiros setoriais	871.502	2,4	714.923	3,2	21,9
Taxas regulamentares	39.494	0,1	58.635	0,3	(32,6)
Instrumentos financeiros derivativos	691.352	1,9	63.568	0,3	987,6
Incorporação de redes	93.708	0,3	111.053	0,5	(15,6)
Outros passivos	580.805	1,6	287.481	1,3	102,0
Total do circulante	7.537.834	20,7	5.745.441	26,1	31,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não circulante					
Fornecedores	75.302	0,2	95.767	0,4	(21,4)
Empréstimos e financiamentos	6.611.201	18,2	3.924.448	17,8	68,5
Debêntures	7.000.681	19,2	3.030.470	13,7	131,0
Instrumentos financeiros derivativos	428.333	1,2	709.016	3,2	(39,6)
Impostos e contribuições sociais	400.123	1,1	215.466	1,0	85,7
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.358.684	12,0	1.876.706	8,5	132,3
Parcelamento de impostos	44.956	0,1	61.706	0,3	(27,1)
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	2.393.125	6,6	486.111	2,2	392,3
Benefícios pós-emprego	490.258	1,3	414.483	1,9	18,3
Passivos financeiros setoriais	366.928	1,0	314.140	1,4	16,8
Taxas regulamentares	-	-	38.282	0,2	-
Encargos setoriais	272.675	0,7	181.948	0,8	49,9
Incorporação de redes	166.437	0,5	98.917	0,4	68,3
Outros passivos	223.943	0,6	70.933	0,3	215,7
Total do não circulante	22.832.646	62,7	11.518.393	52,2	98,2
Patrimônio líquido					
Capital social	3.363.685	9,2	2.795.963	12,7	20,3
Custo com emissão de ações	(65.723)	(0,2)	(65.723)	(0,3)	-
Reserva de capital	260.452	0,7	(78.835)	(0,4)	-
Reserva de lucros	2.047.953	5,6	1.286.719	5,8	59,2
Dividendos adicionais propostos	5.346	-	84.114	0,4	(93,6)
Outros resultados abrangentes	(223.572)	(0,6)	(178.785)	(0,8)	25,1
	5.388.141	14,8	3.843.453	17,4	40,2
Participação de acionistas não controladores	659.387	1,8	941.069	4,3	(29,9)
Total do patrimônio líquido	6.047.528	16,6	4.784.522	21,7	26,4
Total do passivo e patrimônio líquido	36.418.008	100,0	22.048.356	100,0	65,2

PASSIVO**Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.560,4 milhões, o que representa redução de 3,1% em relação a 31 de dezembro de 2017. A redução no saldo decorre, basicamente, de amortizações de financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.609,5 milhões, o que representa aumento de 27,7% em relação a 31 de dezembro de 2016. O aumento no saldo decorre, basicamente, dos financiamentos captados e vencimentos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2016, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.260,1 milhões, o que representa um aumento de 5,4% em relação a 31 de dezembro de 2015. O aumento no saldo decorre, basicamente, dos financiamentos captados.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 526,6 milhões, o que representa aumento de 61,5% em relação a 31 de dezembro de 2017. A variação no saldo decorre basicamente das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 326,1 milhões, o que representa aumento de 18,8% em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo decorre basicamente das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 274,6 milhões, o que representa uma redução de 13,0% em relação a 31 de dezembro de 2015. A variação no saldo decorre basicamente das amortizações de debêntures.

PASSIVO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 6.611,2 milhões, o que representa aumento de 68,5% em relação a 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorre de captações de empréstimos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 3.924,4 milhões, o que representa redução de 3,7% em relação a 31 de dezembro de 2016. Essa redução decorre de pagamentos de empréstimos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 4.076,2 milhões, o que representa redução de 3,5% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre de pagamentos de empréstimos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 7.000,7 milhões, o que representa aumento de 131,0% em relação a 31 de dezembro de 2017. A variação no saldo decorre das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 3.030,5 milhões, o que representa redução de 52,1% em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo decorre das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.993,0 milhões, o que representa redução de 9,4% em relação a 31 de dezembro de 2015. A variação no saldo decorre basicamente de amortização de debêntures. Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 2.386,6 milhões.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2018, a conta Capital Social era de R\$ 3.363,7 milhões, o que representa um aumento de 20,3%, devido ao aumento de capital por subscrição particular.

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2017, a conta Capital Social era de R\$ 2.796,0 milhões, não tendo alteração em relação a 31 de dezembro de 2016.

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2016, a conta Capital Social atingiu R\$ 2.796,0 milhões, contra R\$ 1.260,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento decorre da oferta pública de ações realizada em agosto de 2016.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2018, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 5,3 milhões, o que representa redução de 93,6% em relação ao exercício de 2017. Entretanto, o total de dividendos de 2018 (R\$ 387,2 milhões) é 43,5% maior ao valor destinado no exercício anterior.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2017, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 84,1 milhões, o que representa redução de 3,5% em relação ao exercício de 2016. Entretanto, o total de dividendos de 2017 (R\$ 269,8 milhões) é 94,5% maior ao valor destinado no exercício anterior.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2016, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 87,2 milhões, o que representa um aumento de 15,9% em relação ao exercício de 2015.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Valores em R\$ mil	Consolidado				
	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	13.637.154	100,0	11.810.695	100,0	15,5
Custo do serviço de energia elétrica	(7.955.394)	(58,3)	(6.659.335)	(56,4)	19,5
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(3.793.834)	(27,8)	(3.324.753)	(28,2)	14,1
Lucro bruto	1.887.926	13,8	1.826.607	15,5	3,4
Despesas gerais e administrativas	(593.193)	(4,3)	(657.681)	(5,6)	(9,8)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas	96.759	0,7	98.730	0,8	(2,0)
Outras despesas	(146.599)	(1,1)	(151.077)	(1,3)	(3,0)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	1.244.893	9,1	1.116.579	9,5	11,5
Receitas financeiras	783.713	5,7	733.843	6,2	6,8
Despesas financeira	(1.421.716)	(10,4)	(1.506.342)	(12,8)	(5,6)
Despesas financeiras líquidas	(638.003)	(4,7)	(772.499)	(6,5)	(17,4)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	606.890	4,5	344.080	2,9	76,4
Imposto de renda e contribuição social corrente	(150.891)	(1,1)	(275.334)	(2,3)	(45,2)
Imposto de renda e contribuição social diferido	116.583	0,9	178.520	1,5	(34,7)
Resultado de operações continuadas	572.582	4,2	247.266	2,1	131,6
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(51.480)	(0,4)	-
Lucro líquido do exercício	572.582	4,2	195.786	1,7	192,5

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 13.637,2 milhões em 2017, contra R\$ 11.810,7 milhões em 2016, representando aumento de 15,5% (R\$ 1.826,5 milhões). Este resultado decorre principalmente do aumento de 3,7% do consumo de energia, que refletiu nas receitas operacionais.

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros

O custo do serviço de energia elétrica e serviços prestados a terceiros foi de R\$ 11.749,2 milhões em 2017, contra R\$ 9.984,1 milhões em 2016, representando aumento de 17,7%. Esse desempenho decorre principalmente do aumento da energia comprada.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2017 apresentou aumento de 3,4%, para R\$ 1.887,9 milhões, em consequência do maior aumento das receitas em relação à redução dos Custos do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

Em 2017, o resultado financeiro melhorou 17,4% (em R\$ 134,5 milhões), principalmente em função do aumento na receita com acréscimos moratórios e da queda do CDI, reduzindo o custo da dívida.

Lucro Líquido

Em 2017, a Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 572,6 milhões, ante os R\$ 195,8 milhões apurados em 2016. Excluindo os efeitos extraordinários relativos aos fatores não recorrentes em ambos os exercícios, o lucro líquido no ano seria de R\$ 438,3 milhões, 51,1% superior ao registrado em 2016, conforme mencionado anteriormente no item 10.1 a.

Comparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Ativo)

Valores em R\$ mil	Consolidado - Valores em R\$ mil				
	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	921.481	4,2	797.200	4,0	15,6
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.758.953	8,0	1.765.232	8,8	(0,4)
Clientes, consumidores e concessionárias	2.246.232	10,2	1.990.788	9,9	12,8
Títulos de créditos a receber	19.940	0,1	9.661	-	106,4
Estoques	57.039	0,3	40.732	0,2	40,0
Tributos a recuperar	575.826	2,6	485.838	2,4	18,5
Instrumentos financeiros derivativos	87.782	0,4	116.961	0,6	(24,9)
Ativos financeiros setoriais	729.368	3,3	538.771	2,7	35,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros créditos	702.103	3,2	601.885	3,0	16,7
Total do circulante	7.098.724	32,2	6.347.068	31,7	11,8
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	137.837	0,6	138.524	0,7	(0,5)
Clientes, consumidores e concessionárias	472.789	2,1	233.526	1,2	102,5
Títulos de créditos a receber	23.906	0,1	18.304	0,1	30,6
Ativos financeiros setoriais	384.656	1,7	152.130	0,8	152,8
Tributos a recuperar	223.424	1,0	233.421	1,2	(4,3)
Créditos tributários	1.400.036	6,3	1.273.990	6,4	9,9
Depósitos e cauções vinculados	249.138	1,1	208.223	1,0	19,6
Instrumentos financeiros derivativos	90.635	0,4	140.998	0,7	(35,7)
Contas a receber da concessão	4.420.666	20,0	3.484.798	17,4	26,9
Outros créditos	175.551	0,8	159.432	0,8	10,1
	7.578.638	34,4	6.043.346	30,2	25,4
Investimentos	49.177	0,2	23.648	0,1	108,0
Imobilizado	178.136	0,8	142.413	0,7	25,1
Intangível	7.143.681	32,4	7.466.345	37,3	(4,3)
Total do não circulante	14.949.632	67,8	13.675.752	68,3	9,3
Total do ativo	22.048.356	100,0	20.022.820	100,0	10,1

ATIVO**Circulante**

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.759,0 milhões, contra R\$ 1.765,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, em patamar muito próximo.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.765,2 milhões, contra R\$ 719,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 145,5%. Este aumento decorre basicamente da oferta pública de ações (Units) realizada em agosto de 2016, no montante de R\$ 1.536,0 milhões.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 719,1 milhões, contra R\$ 960,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, o que representa uma redução de 25,1%. Essa redução decorre basicamente de pagamento de financiamentos e outras obrigações.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica atingiu R\$ 2.246,2 milhões, o que representa aumento de 12,8% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente do aumento das receitas operacionais, visto que a taxa de arrecadação se manteve praticamente no mesmo patamar.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica atingiu R\$ 1.990,8 milhões, o que representa uma redução de 3,1% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Esta variação decorre basicamente dos esforços de melhoria na taxa de arrecadação.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica atingiu R\$ 2.054,0 milhões, o que representa um aumento de 40,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014, de R\$ 1.462,5 milhões, fruto da aquisição do Grupo Rede.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 87,8 milhões, o que representa redução de 24,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 117,0 milhões, o que representa uma redução de 0,7% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2015 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 117,0 milhões, o que representa um aumento de 97,3% em comparação com 31 de dezembro de 2014, de R\$ 59,7 milhões. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

ATIVO

Não Circulante

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2017 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 137,8 milhões, praticamente no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2015

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2016 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 138,5 milhões, o que representa um aumento de 42,7% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Essa variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2015 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 97,1 milhões, o que representa um aumento de 9,7% em comparação com 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 90,6 milhões, o que representa redução de 35,7%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 141,0 milhões, o que representa redução de 61,9%. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2015 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 369,8 milhões, o que representa um aumento de 135,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014, de R\$ 157,4 milhões. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2017 esses ativos atingiram R\$ 4.420,7 milhões, contra R\$ 3.484,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representa aumento de 26,9%.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2016 esses ativos atingiram R\$ 3.484,8 milhões, contra R\$ 2.858,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de 21,9%.

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2015 esses ativos atingiram R\$ 2.858,7 milhões, o que representa um aumento de 32,2% em comparação com 31 de dezembro de 2014, de R\$ 2.162,8 milhões.

Contas a receber da concessão: com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 178,1 milhões, o que representa um aumento de 25,1% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 142,4 milhões, o que representa um aumento de 24,1% em comparação com 31 de dezembro de 2015. Esta variação decorre dos investimentos realizados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 114,8 milhões, o que representa um aumento de 34,7% em comparação com 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorre de investimentos realizados.

Valores em R\$ mil	Consolidado				
	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	1.418.407	6,4	1.170.254	5,8	21,2
Encargos de dívidas	64.008	0,3	57.831	0,3	10,7
Empréstimos e financiamentos	1.609.488	7,3	1.260.071	6,3	27,7
Debêntures	326.147	1,5	274.588	1,4	18,8
Impostos e contribuições sociais	496.763	2,3	426.431	2,1	16,5
Parcelamento de impostos	10.157	-	13.839	0,1	(26,6)
Dividendos a pagar	100.832	0,5	27.106	0,1	272,0
Obrigações estimadas	84.202	0,4	81.753	0,4	3,0
Taxa de iluminação pública	63.327	0,3	54.677	0,3	15,8
Benefícios pós-emprego	46.583	0,2	48.549	0,2	(4,0)
Encargos setoriais	289.867	1,3	314.144	1,6	(7,7)
Passivos financeiros setoriais	714.923	3,2	631.701	3,2	13,2
Taxas regulamentares	58.635	0,3	58.635	0,3	-
Instrumentos financeiros derivativos	63.568	0,3	139.935	0,7	(54,6)
Bandeiras tarifárias CCRBT	-	-	12.740	0,1	-
Incorporação de redes	111.053	0,5	234.398	1,2	(52,6)
Outros passivos	287.481	1,3	204.650	1,0	40,5
Total do circulante	5.745.441	26,1	5.011.302	25,0	14,6
Não circulante					
Fornecedores	95.767	0,4	207.096	1,0	(53,8)
Empréstimos e financiamentos	3.924.448	17,8	4.076.208	20,4	(3,7)
Debêntures	3.030.470	13,7	1.993.025	10,0	52,1
Instrumentos financeiros derivativos	709.016	3,2	368.826	1,8	92,2
Impostos e contribuições sociais	215.466	1,0	255.503	1,3	(15,7)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.876.706	8,5	1.897.932	9,5	(1,1)
Parcelamento de impostos	61.706	0,3	70.907	0,4	(13,0)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	486.111	2,2	504.345	2,5	(3,6)
Benefícios pós-emprego	414.483	1,9	263.250	1,3	57,4
Passivos financeiros setoriais	314.140	1,4	171.638	0,9	83,0
Taxas regulamentares	38.282	0,2	95.705	0,5	(60,0)
Encargos setoriais	181.948	0,8	175.799	0,9	3,5
Incorporação de redes	98.917	0,4	78.615	0,4	25,8
Outros passivos	70.933	0,3	79.628	0,4	(10,9)
Total do não circulante	11.518.393	52,2	10.238.477	51,1	12,5
Patrimônio líquido					
Capital social	2.795.963	12,7	2.795.963	14,0	-
Custo com emissão de ações	(65.723)	(0,3)	(65.723)	(0,3)	-
Reserva de capital	(78.835)	(0,4)	6.121	-	-
Reserva de lucros	1.286.719	5,8	997.959	5,0	28,9
Dividendos adicionais propostos	84.114	0,4	87.163	0,4	(3,5)
Outros resultados abrangentes	(178.785)	(0,8)	(139.616)	(0,7)	28,1
	3.843.453	17,4	3.681.867	18,4	4,4
Participação de acionistas não controladores	941.069	4,3	1.091.174	5,4	(13,8)
Total do patrimônio líquido	4.784.522	21,7	4.773.041	23,8	0,2
Total do passivo e patrimônio líquido	22.048.356	100,0	20.022.820	100,0	10,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.609,5 milhões, o que representa aumento de 27,7% em relação a 31 de dezembro de 2015. O aumento no saldo decorre, basicamente, dos financiamentos captados e vencimentos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2016, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.260,1 milhões, o que representa um aumento de 5,4% em relação a 31 de dezembro de 2015. O aumento no saldo decorre, basicamente, dos financiamentos captados.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2015, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.195,4 milhões, o que representa uma redução de 3,1% em relação a 31 de dezembro de 2014. A redução no saldo decorre, basicamente, da liquidação de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.233,5 milhões.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 326,1 milhões, o que representa aumento de 18,8% em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo decorre basicamente das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 274,6 milhões, o que representa uma redução de 13,0% em relação a 31 de dezembro de 2015. A variação no saldo decorre basicamente das amortizações de debêntures.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 3.924,4 milhões, o que representa redução de 3,7% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre de pagamentos de empréstimos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 4.076,2 milhões, o que representa redução de 3,5% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre de pagamentos de empréstimos.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2015, a conta “Empréstimos e Financiamentos” era de R\$ 4.222,1 milhões, o que representa um aumento de 48,6% em relação a 31 de dezembro de 2014. O aumento no saldo decorre de captação de recursos para fazer frente aos investimentos programados.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 3.030,5 milhões, o que representa redução de 52,1% em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo decorre das emissões de debêntures.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.993,0 milhões, o que representa redução de 9,4% em relação a 31 de dezembro de 2015. A variação no saldo decorre basicamente de amortização de debêntures. Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 2.386,6 milhões.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2017, a conta Capital Social era de R\$ 2.796,0 milhões, não tendo alteração em relação a 31 de dezembro de 2016.

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2016, a conta Capital Social atingiu R\$ 2.796,0 milhões, contra R\$ 1.260,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento decorre da oferta pública de ações realizada em agosto de 2016.

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2015, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.260,0 milhões, o que representa um aumento de 24,8% em comparação com 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorre do aumento de capital por subscrição particular no montante de R\$ 250,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2017, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 84,1 milhões, o que representa redução de 3,5% em relação ao exercício de 2016. Entretanto, o total de dividendos de 2017 (R\$ 269,8 milhões) é 94,5% maior ao valor destinado no exercício anterior.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2016, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 87,2 milhões, o que representa um aumento de 15,9% em relação ao exercício de 2015.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2015, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 75,2 milhões, o que representa uma redução de 42,6% em relação ao exercício de 2014. Esta variação decorre da redução do lucro líquido do exercício de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2.a. resultados das operações do emissor, em especial:

10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O ano de 2019 foi marcado por um tímido crescimento da economia brasileira, com evolução de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB), e expressiva redução da taxa básica de juros (Selic), que passou de 6,5% para 4,5% ao ano. A inflação oficial (IPCA) evoluiu de 3,75% em 2018 para 4,31% no acumulado do ano.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego foi de 11,2%, uma leve queda sobre os 11,6% registrados no ano anterior. A taxa de empregos formais observou alta de 1,9%, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O consumo de energia no mercado cativo, livre e não faturado avançou 4,2% em relação a 2018, totalizando 36.118,7 GWh, superior ao resultado do consumo médio de energia no Brasil, que apresentou evolução de 1,4% no mesmo período, de acordo com a Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O consumo residencial, segundo a EPE, evoluiu 3,1% no ano.

Na Energisa, todas as classes registraram aumento de consumo, com destaque para residencial (+6,4%) e comercial (+4,7%), um desempenho influenciado pelas altas temperaturas e fator calendário positivo em algumas regiões. A classe rural cresceu 4,4%, a indústria registrou variação de 0,7% e outros, 2,4%. As regiões Centro-Oeste e Sudeste foram os destaques em termos de crescimento durante ano, com mais 6,6% e 3,8%, respectivamente.

No ano de 2019, a receita operacional líquida, sem a receita de construção, foi de R\$ 16.923,2 milhões, um acréscimo de 18,6% comparado ao valor apurado em 2018. Esse aumento decorre, principalmente, da melhoria de R\$ 143,7 milhões na parcela B das distribuidoras, resultante dos reajustes/revisões tarifárias e do crescimento de mercado.

Em 2019, as receitas consolidadas auferidas pela Energisa provenientes das bandeiras tarifárias totalizaram R\$ 473,0 milhões, contra R\$ 479,0 milhões em 2018.

Em relação à sobrecontratação de energia de 2016 e 2017, a Companhia manteve o resultado acumulado e positivo de R\$ 4,6 milhões. Como em 2019, considerando as informações disponíveis referentes aos níveis contratuais de 2018, houve reconhecimento positivo de R\$ 9,0 milhões na EMS no 1T19, o Grupo Energisa apresenta atualmente saldo positivo de R\$ 13,6 milhões nessa rubrica.

Entre 2016 e 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas ("4CRTP") das subsidiárias da Energisa S/A, exceto das distribuidoras ERO e EAC, adquiridas em agosto de 2018, ainda no aguardo das revisões para esse ciclo. Entre 2020 e 2023 será realizado o 5º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas ("5CRTP") das subsidiárias da Companhia.

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio		
EMG	+ 6,55	+ 7,41	+ 6,73	22/06/2019	Reajuste Anual
ENF	+ 9,21	+ 9,48	+ 9,26	22/06/2019	Reajuste Anual
ESE	+ 3,33	+ 1,85	+ 2,80	22/04/2019	Reajuste Anual
EBO	- 1,63	- 2,17	- 1,78	04/02/2020	Reajuste Anual
EPB	- 4,23	- 4,40	- 4,27	28/08/2019	Reajuste Anual
EMT	+ 11,21	+ 11,49	+ 11,29	08/04/2019	Reajuste Anual
EMS	+ 12,48	+ 12,16	+ 12,39	08/04/2019	Reajuste Anual
ETO	- 0,36	- 0,20	- 0,33	04/07/2019	Reajuste Anual
ESS	+ 0,16	+ 4,10	+ 1,30	12/07/2019	Reajuste Anual
ERO	+ 0,24	- 0,27	+ 0,11	13/12/2019	Reajuste Anual
EAC	- 4,20	- 4,44	- 4,24	13/12/2019	Reajuste Anual

10.2.a.ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os custos e despesas operacionais consolidadas (contábil), excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 14.957,4 milhões em 2019, crescimento de 31,0% (R\$ 3.535,3 milhões) em relação a 2018. A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2019	2018	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	10.889,9	9.241,9	+ 17,8
Energia comprada	9.753,4	8.158,6	+ 19,5
Transporte de potência elétrica	1.136,5	1.083,3	+ 4,9
2 Custos e Despesas controláveis	2.931,0	2.328,2	+ 25,9
2.1 PMSO	2.906,8	2.153,8	+ 35,0
2.2 Provisões/Reversões	24,2	174,4	- 86,2
2.2.1 Contingências	(188,3)	19,7	-
2.2.2 Devedores duvidosos	212,5	154,7	+ 37,3
3 Custos e Despesas controláveis	1.136,6	(147,9)	-
3.1 Depreciação e amortização	1.157,9	949,7	+ 21,9
3.2 Outras receitas/despesas	(21,3)	(1.097,6)	- 98,1
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	14.957,4	11.422,2	+ 31,0
Custo de construção	2.603,7	1.497,4	+ 73,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	17.561,1	12.919,6	+ 35,9

Por sua vez, o EBITDA foi de R\$ 3.499,9 milhões, 8,3% (R\$ 317,7 milhões) abaixo de 2018, influenciado por efeitos não recorrentes, conforme tabela a seguir:

Descrição (R\$ mil)	2019	2018	Var. %
(=) EBITDA Pro forma (sem ERO e EAC)	3.699,0	2.621,8	+ 41,1
(+) Custos rescisórios	24,0	25,2	- 4,7
(+) Marcação a mercado Comercializadora (CPC 48)	(65,6)	-	-
(+) Provisão para honorários de êxito (EMT)	-	17,1	-
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	225,9	300,1	- 24,7
(-) Recontabilização CVA (EMT e EMS)	-	44,8	-
(-) Sobrecontratação de energia	9,0	-	-
(-) Adoção contábil IFRS 15 para transmissão	272,8	-	-
(-) Adoção retrospectiva do IFRS 15 para transmissão	74,8	-	-
(-) Reversão de Contingência Fiscal (ETO)	9,4	-	-
(=) EBITDA com ajustes não caixa / não recorrentes (sem ERO e EAC)	3.065,6	2.319,2	+ 32,2

Em 2019, o lucro líquido consolidado (pro forma) totalizou R\$ 1.176,5 milhões, acréscimo de 107,1% (R\$ 608,3 milhões) em relação a 2018. Retirando os efeitos não recorrentes/não caixa, o lucro seria de R\$ 1.423,7 milhões, 95,2% (R\$ 694,2 milhões) acima do registrado em 2018.

Abaixo os efeitos não recorrentes, líquidos de impostos:

Descrição (R\$ mil)	2019	2018	Var. %
(=) Lucro Líquido Pro forma (sem ERO e EAC)	1.176,5	568,2	+ 107,1
(+) Custos indenizatórios	18,0	18,8	- 3,9
(+) Marcação a mercado debêntures 7ª emissão	627,8	272,4	+ 130,5
(+) Marcação a mercado Comercializadora (CPC 48)	(43,3)	-	-
(+) Provisão para honorários de êxito (EMT)	-	14,5	-
(-) Recontabilização CVA (EMT e EMS)	-	40,0	-
(-) Reversão de provisão de ativo financeiro indenizável (EMT, EMS e ESE)	-	92,5	-
(-) Reversão de provisão para ajuste de valor presente de créditos a receber do Estado do TO	26,4	-	-
(-) Sobrecontratação de energia	5,9	-	-
(-) Adoção contábil do IFRS 15 para transmissão	269,4	-	-
(-) Adoção retrospectiva do IFRS 15 para transmissão	49,4	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(-) Reversão de Contingência Fiscal (ETO)	4,3	-	-
(-) Migração fundo de pensão (ESE)	-	11,8	-
(=) Lucro Líquido com ajustes não caixa / não recorrentes (sem ERO e EAC)	1.423,7	729,5	+ 95,2

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da Aneel. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres são impactadas pela variação no IGPM.

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2019 houve a aquisição da Alsol Energias Renováveis S.A., concretizando a entrada do Grupo Energisa no segmento de Geração Distribuída.

10.3.b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da Ceron e da Eletroacre

Em leilão realizado no dia 30 de agosto de 2018 e de acordo com as regras contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), a Companhia adquiriu 90% do capital social das Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron” ou “Energisa RO”) e 87,61% da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre” ou “Energisa AC”), das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). Os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia foram de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre.

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 30 de outubro de 2018, a aquisição de 2.599.666.099 ações ordinárias de emissão da Ceron, representativas dos 90,0% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Eletrobrás.

Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas da Ceron com a Eletrobrás e realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando aumento de capital no montante de R\$282.049 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e previsto na aquisição de R\$253.844), ao preço de R\$0,21633448 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Ceron, em 1º de março de 2019, no montante de R\$ 27.834, passando a deter 95,43% da Ceron.

Em 6 de dezembro de 2018, após cumprir todas as condicionantes, a Companhia concluiu também a aquisição da Eletroacre com o recebimento de 117.538.360.880 ações de emissão dessa distribuidora (86.020.249.480 ordinárias e 31.518.111.400 preferenciais), representativas de 87,61% do capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado naquela data entre a Energisa e a Eletrobrás. Na mesma data a Companhia também firmou Acordo de Acionistas da Eletroacre com a Eletrobrás e aprovou aumento de capital no montante de R\$274.374 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e prevista na aquisição de R\$238.806), ao preço de R\$ 0,00254489 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Eletroacre, em 1º de março de 2019, no montante de R\$35.264, passando a deter 93,58% da Eletroacre.

Adicionalmente, nas datas de 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, a Ceron e a Eletroacre, respectivamente, assinaram os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica com a União, nos termos da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Com essas aquisições, a Energisa passou a deter controle de onze concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A Administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade, perdas, inadimplência e também o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, trazendo benefícios para seus consumidores. A Companhia mantém o compromisso de alocação prudente de capital, buscando geração de valor para seus acionistas e a sustentabilidade do negócio.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Durante o período de mensuração a Companhia não apurou alterações que modifiquem a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em R\$9.620 de gastos com a referida aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	ERO	EAC	Total
Valor justo dos ativos adquiridos	710.640	791.782	1.502.422
% de participação	90,00%	87,61%	
Valor da participação	639.576	693.681	1.133.257
Valor da aquisição	137.548	26.147	163.695
Resultado auferido na combinação de negócio	502.028	667.534	1.169.562

Resultado auferido na combinação de negócios:

Nas aquisições de combinação de negócios de ERO e EAC realizadas pela Companhia de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", foram auferidos resultados no montante de R\$1.169.562, reconhecidos nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2019, na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado, em contrapartida de outras receitas operacionais - resultado auferido na combinação de negócios na demonstração do resultado do exercício. O resultado auferido na aquisição decorre, principalmente, das perspectivas de apuração de resultados com o incremento de receitas provenientes do crescimento da região, que ainda tem restrições de atendimento de energia elétrica, na redução de custos operacionais e nos investimentos estratégicos a serem realizados. Durante o período de mensuração a Companhia efetuou os esforços necessários para obtenção dos resultados não tendo alterações que pudessem alterar a posição apurada na combinação de negócio.

Além da sinergia geográfica com a controlada Energisa Mato Grosso, as duas distribuidoras têm muitas similaridades com outras duas concessionárias do Grupo, como a concentração de cliente por quilômetro de rede e passou a deter o "corredor noroeste" que liga os estados que fazem divisa e que vão do Acre, passa por Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o estado de Tocantins.

Aquisição da Alsol

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, sendo todas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza satisfeitas e/ou dispensadas.

A Administração da Companhia observa um crescimento significativo do mercado de geração distribuída, ainda fragmentado e imaturo no Brasil, e dado no seu histórico bem-sucedido de operações no setor, acredita que poderá adquirir escala e expandir a oferta de novos produtos e serviços no segmento de geração distribuída.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Atsol
Valor justo dos ativos adquiridos	2.058
% de participação	87%
Valor da participação	1.792
Valor de aquisição	11.758
Ágio apurado	9.966

A contabilização da aquisição realizada em 17 de junho de 2019 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

O ágio apurado na aquisição da Companhia foi de R\$9.966 reconhecido nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2019, na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. Ágio apurado na aquisição do negócio é devido a expectativa de crescimento do segmento de geração distribuída no Brasil.

10.3 c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais no período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil//IFRS 16-Leases:**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos como por exemplo ou uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento em contrapartida de um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuaram a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A adoção do CPC 06 (R2) não afetou a capacidade da Companhia e suas controladas de cumprirem com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos nas notas explicativas nº 21 e 22.

Os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) na Companhia e suas controladas estão como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Intangível - Direito de uso - Imóveis	777	-	39.692	-
Arrendamentos operacionais	-	777	-	39.692

Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos do CPC 06 (R2) estão apresentados abaixo:

Balanço patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo 2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 2019	Saldo 2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 2019
Ativo						
Ativo circulante	985.232	-	985.232	9.858.353	-	9.858.353
Ativo realizável a longo prazo	2.562.022	-	2.562.022	12.780.327	-	12.780.327
Investimentos	8.134.958	-	8.134.958	86.730	-	86.730
Imobilizado	63.922	-	63.922	284.567	-	284.567
Intangível	26.010	(694)	25.316	16.309.837	(50.812)	16.259.025
Direito de uso - imóveis	694	(694)	-	50.812	(50.812)	-
Ativo Total	11.772.144	(694)	11.771.450	39.319.814	(50.812)	39.269.002

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Passivo**

Passivo circulante	1.693.066	(103)	1.692.963	7.534.377	(21.844)	7.512.536
Impostos e contribuições sociais	13.021	9	13.030	640.023	563	640.586
Arrendamentos operacionais	112	(112)	-	22.407	(22.407)	-
Passivo não circulante	4.380.820	(607)	4.380.213	25.323.217	(30.061)	25.293.156
Arrendamentos operacionais	607	(607)	-	30.061	(30.061)	-
Patrimônio Líquido	5.698.258	16	5.698.274	6.462.220	1.093	6.463.313
Passivo Total	11.772.144	(694)	11.771.450	39.319.814	(50.812)	39.269.002

Demonstração do Resultado	Controladora			Consolidado		
	Saldos 2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos 2019	Saldo em 2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldos sem efeitos 2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	212.135	-	212.135	19.903.135	-	19.903.135
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(83.509)	(48)	(83.557)	(16.651.741)	(2.298)	(16.654.039)
Amortização e depreciação	(9.735)	101	(9.634)	(1.157.868)	15.776	(1.142.092)
Outras	(4.567)	(149)	(4.716)	(330.793)	(18.074)	(348.867)
Resultado bruto	128.626	(48)	128.578	3.251.394	(2.298)	3.249.096
Despesas/Receitas operacionais	957.815	-	957.815	(909.350)	-	(909.350)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	1.086.441	(48)	1.086.393	2.342.044	(2.298)	2.339.746
Resultado financeiro	(625.157)	73	(625.084)	(1.360.406)	3.954	(1.356.452)
Outras despesas financeiras	(366)	73	(293)	(54.435)	3.954	(50.481)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	461.284	25	461.309	981.638	1.656	983.294
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(5.911)	(9)	(5.920)	(454.480)	(563)	(455.043)
Lucro líquido do exercício	455.373	16	455.389	527.158	1.093	528.251

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, o qual esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

Na avaliação da Administração da Companhia e de suas controladas, a interpretação não traz impactos significativos às demonstrações financeiras, pois os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação, opiniões de consultores, internos e externos, e em precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Reclassificação - consolidado

Em atendimento ao CPC 47/IFRS15 os ativos da concessão de transmissão de energia elétrica foram mensurados como ativo de contrato e os saldos inicialmente reconhecidos como ativos financeiros passaram a ser demonstrados como ativo de contrato.

Ativo- consolidado	Divulgado 2018	Reclassificação	Saldo reclassificado 2018
Ativo financeiro indenizável da concessão	5.515.275	(213.866)	5.301.409
Concessão do serviço público- ativo de contrato Realizável a longo prazo	-	213.866	213.866
Total do não circulante	10.549.442	-	10.549.442
Total do ativo	36.418.008	-	36.418.008

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos;
- CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos em conjunto;
- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto;
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro;
- CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**2019**

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém ressalvas. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

2018

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não contém ressalvas. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

2017

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 não contém ressalvas. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Cientes, consumidores e concessionárias - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração

Provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias e de títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Contrato de concessão de distribuição e transmissão de energia - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição e transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, diretas e indiretas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras e Transmissoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica.

Para a atividade de distribuição de energia elétrica:

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº16.

Para a atividade de Transmissão de energia elétrica:

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Os contratos de transmissão de energia elétrica até 31 de dezembro de 2017 a infraestrutura da atividade de transmissão era mensurada desde o início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção.

A partir de 01 de janeiro de 2018 com a adoção do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços foram condicionados ao cumprimento de obrigações de desempenho da Companhia que passou a se enquadrar as prerrogativas da nova norma o que obrigou a reconhecer as contraprestações como um “Ativo de Contrato”, passando as receitas relativas à infraestrutura de transmissão ser reconhecidas como base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. A margem de construção é recebida durante a obra e variações do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, quando incorridas. Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção e o reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.

Combinação de negócios - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.

Imobilizado - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

Intangível - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas ESE, EPB, EBO, EMT, EMS, ETO, ERO e EAC, conforme citado nas notas explicativas nº1 e nº19. Bem como, amais valia dos bens tangíveis (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.

Ativo contratual - Infraestrutura em construção - O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20).

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
- a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- a.iv. contratos de construção não terminada
- a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (off balance sheet).

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (off balance sheet).

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7.b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia nos últimos anos têm sido destinados à expansão e manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição, aos projetos de renovação da frota e sistemas de TI, ao combate às perdas não técnicas de suas controladas concessionárias de energia e ao atendimento aos programas de universalização. A partir de 2017, iniciaram-se os investimentos nas linhas de transmissão, adquiridas em leilões realizados pela Aneel em 2017 e 2018.

Os investimentos em 2018 foram de R\$ 1.980,8 milhões, contra R\$ 2.002,9 milhões no ano anterior, e somam R\$ 5.626,6 milhões no acumulado em três anos. Do volume total consolidado no ano de 2018, 69,4% foram aplicados pelas distribuidoras em ativos elétricos para melhoria da qualidade dos serviços, extensão de redes e ampliação e automação de subestações.

Em 2019, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 3.167,1 milhões, 59,9% maior que o valor investido em 2018 (R\$ 1.980,8 milhões). Considerando apenas as distribuidoras, esse montante foi de R\$ 2.713,8 milhões, aumento de 52,4%.

Entre as distribuidoras, o maior volume de recursos foi direcionado à Energisa Mato Grosso (R\$ 743,3 milhões), seguida pela Energisa Rondônia (R\$ 622,0 milhões) e Energisa Tocantins (R\$ 351,7 milhões), em projetos que integram principalmente os Planos de Desenvolvimento de Distribuição.



10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Investimentos previstos do Grupo Energisa para 2020

A Energisa informou, por meio de Comunicado ao Mercado, publicado em 20 de abril de 2020, que o Grupo Energisa deverá investir de janeiro a dezembro de 2020 o montante de **R\$ 2.428,0 milhões**. Os investimentos por empresa do Grupo Energisa estão mencionados no quadro a seguir:

Investimentos previstos para 2020 R\$ milhões	Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE)	Total
EMG	79,9	5,3	85,2	14,3	99,5
ENF	16,1	0,9	17,0	1,0	18,0
ESE	68,0	7,5	75,5	13,4	88,9
EBO	16,4	1,0	17,4	1,9	19,4
EPB	168,2	10,1	178,3	15,5	193,8
EMT	322,2	26,7	348,9	61,9	410,8
EMS	170,2	13,7	183,9	24,8	208,7
ETO	144,9	12,5	157,4	11,2	168,6
ESS	141,4	11,6	153,0	21,3	174,3
ERO	219,1	32,5	251,7	266,1	517,8
EAC	84,5	19,0	103,4	50,6	154,0
Total Distribuidoras	1.430,9	140,9	1.571,8	482,1	2.053,9
Energisa Soluções e Construções	0,0	9,4	9,4	-	9,4
Transmissão	306,6	0,3	306,9	-	306,9
Goiás	20,7	-	20,7	-	20,7
Pará I	77,7	-	77,7	-	77,7
Pará II	178,9	0,3	179,2	-	179,2
Tocantins	29,3	-	29,3	-	29,3
ALSOL	37,6	0,3	37,9	-	37,9
Outras	0,7	19,3	19,9	-	19,9
Total	1.775,8	170,1	1.946,0	482,1	2.428,0

Investimentos previstos do Grupo Energisa para 2021

A Energisa informou, por meio de Comunicado ao Mercado, publicado em 25 de janeiro de 2021, que o Grupo Energisa deverá investir de janeiro a dezembro de 2021 o montante de **R\$ 3.876,3 milhões**. Os investimentos por empresa do Grupo Energisa estão mencionados no quadro a seguir:

Projeção Investimentos 2021 (R\$ milhão)	Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios - total	Obrigações Especiais (*)	Total
EMG	53,1	9,5	62,6	17,0	79,6
ENF	7,8	1,4	9,1	1,2	10,4
ESE	122,2	10,0	132,3	10,8	143,1
EBO	12,7	2,2	15,0	3,0	17,9
EPB	124,4	17,8	142,2	21,1	163,2
EMT	428,3	36,0	464,3	110,6	574,8
EMS	332,6	22,2	354,9	87,4	442,3
ETO	231,5	15,2	246,7	19,4	266,1
ESS	95,5	14,1	109,6	21,1	130,7
ERO	313,9	23,7	337,6	409,8	747,5
EAC	122,8	17,2	140,1	61,7	201,8
DisCos	1.844,9	169,4	2.014,3	763,1	2.777,4
Energisa Soluções e Construções	0,0	10,0	10,0	-	10,0
Transmissão	833,8	-	833,8	-	833,8
Goiás	-	-	-	-	-
Pará I	5,6	-	5,6	-	5,6
Pará II	119,9	-	119,9	-	119,9
Tocantins	389,7	-	389,7	-	389,7
Amazonas	318,6	-	318,6	-	318,6
ALSOL	203,7	1,1	204,8	-	204,8
Outros	0,1	50,1	50,2	-	50,2
Total	2.882,6	230,6	3.113,1	763,1	3.876,3

(*) Recursos Oriundos de CDE, CCC, Participação Financeira de Clientes e P&D/PEE.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os valores acima foram estimados pela administração Companhia e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática, e (vii) os investimentos nos lotes do segmento de transmissão adquiridos nos leilões realizados em 2017, 2018 e 2020.

10.8.a.ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 10.1(d) e 10.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 10.1(e) deste Formulário de Referência.

10.8.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não estão previstos desinvestimentos.

10.8.b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.8.c. Novos produtos e serviços

Em 17 de junho de 2019, foi concluída a aquisição da Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol"). A Alsol é uma companhia brasileira de capital fechado, com sede em Uberlândia, que provê portfólio de soluções de geração distribuída por meio principalmente de recurso solar fotovoltaico, bem como de outros recursos renováveis como biogás, biomassas, eólico e hidrelétrico. A empresa também é uma das pioneiras no Brasil no provimento de armazenamento de energia através de baterias de lítio. A Alsol instalou mais de 80 mil placas fotovoltaicas pelo Brasil até 2018, resultando em mais de 25 MWp operando em 12 estados brasileiros.

Para mais informações sobre a referida operação, vide item 15.7 deste formulário de referência.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.